


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS
NO LAR DAS CRIANÇAS DA SOCIEDADE ESPÍRITA
DE RECUPERAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO - SERTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Assistente Social, pela
acadêmica

ALESSANDRA VALENTE DE
AZAMBUJA

Aprovado Pelo DSS
Em 20/12/94


KRYSTINA MATTS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Florianópolis, novembro de 1994.

DEDICATÓRIA

Dedico carinhosamente este trabalho à todas as crianças que passaram e que se encontram atualmente no Lar das Crianças, em especial à Marcelo e Júlia

AGRADECIMENTOS

- À minha família pelo carinho e pelo apoio.
- À SERTE pela oportunidade de estágio.
- À todos os funcionários da SERTE, pela contribuição dada no processo de minha experiência prática e pelo enriquecimento que me proporcionaram.
- À assistente social Eoni, pela supervisão e orientação dada na aprendizagem prática.
- À Marli Palma, pela orientação na elaboração deste trabalho.
- Àqueles que direta ou indiretamente contribuíram na realização deste trabalho.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| CAPÍTULO 1 | |
| 1 - O ATENDIMENTO SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES | |
| 1.1 - Da visão Assistencialista às Novas Proposições da Sociedade..... | 8 |
| 1.2 - Abandono e Institucionalização de Crianças: Suas Causas e Consequências | 16 |
| CAPÍTULO 2 | |
| 2 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: A ADOÇÃO FAMILIAR OU O VÍNCULO COM O ABANDONO | |
| 2.1 - Contexto Institucional do Estudo: A Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (SERTE) e sua História..... | 27 |
| 2.2 - Experiências Vivenciadas no Lar das Crianças da SERTE | 37 |
| 2.3 - Institucionalização e Seus Efeitos no Desenvolvimento e nas Relações Sociais e Afetivas das Crianças e Adolescentes: A Reconstrução das Histórias de Marcelo e Júlia. | 44 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 70 |
| ANEXOS | 74 |

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|----|
| ANEXO 1 - Projeto Grupo de Apoio..... | 75 |
| ANEXO 2 - Roteiro de Entrevista: Marcelo | 79 |
| ANEXO 3 - Roteiro de Entrevista: Júlia..... | 80 |

INTRODUÇÃO

A idéia de fazer um trabalho abordando o tema da institucionalização de crianças surgiu durante a participação no seminário “Os Desafios da Adoção em Santa Catarina”, promovido pelo Grupo de estudos e Apoio à Adoção da Comissão de Convivência Familiar e Comunitária que se constitui em uma das comissões temáticas do Conselho Estadual dos direitos da criança e do Adolescente, realizado no dia 25 de dezembro de 1993.

Durante este seminário foram discutidas diversas questões relativas à infância, à família e foi dado ênfase especial à questão da adoção em nosso Estado. Com relação a essa questão discutiu-se muito a respeito de pais biológicos, de pais adotivos e de como o estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) apresenta essa problemática. Porém, muito pouco ou nada foi abordado sobre a situação da criança que está dentro de uma instituição, de uma entidade de abrigo e tem que aguardar dias, meses ou até mesmo anos para retornar a sua família de origem ou ser colocada em família substituta.

Este trabalho pretende, então, contextualizar a questão do atendimento a criança e ao adolescente em situação de abandono, risco pessoal e/ou social ao longo da nossa história e a maneira pela qual este processo vai culminar com o Estatuto de 1990.

Será dado um destaque maior para a situação da criança/adolescente institucionalizado, ou seja, aquela que se encontra em uma entidade de abrigo. Destas interessam em especial aquelas que passam um longo período no abrigo e que praticamente já não têm perspectivas de deixarem a instituição para desfrutar do convívio familiar.

A maior preocupação na realização deste trabalho foi em não fazer apenas um trabalho “SOBRE” crianças, mas sim “COM” elas. Por esse motivo optou-se por uma metodologia que utilizasse a técnica usada em história oral, que possibilita que elas mesmas reconstruam sua história, suas experiências e possam dizer o que realmente pensam, tentando evitar desta forma que seja repassada uma visão pré-concebida e unilateral acerca da questão-tema do trabalho.

Por uma questão didática, este trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro serão abordados as políticas e as práticas de assistência às crianças e adolescentes no decorrer de nossa história e será feito um breve panorama teórico sobre a questão da institucionalização e seus efeitos. No segundo capítulo será apresentada a Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação -SERTE, contexto institucional onde se desenvolveu o estudo, buscando-se uma reconstituição de sua história ao mesmo tempo em que detalha o trabalho realizado no Lar das Crianças. A atuação do Serviço social junto às crianças é ilustrada através da experiência vivenciada pela estagiária no processo de colocação familiar.

No último item desse capítulo, será apresentada a história de vida de dois adolescentes, que por razões diversas, passaram a maior parte de suas vidas dentro da instituição o que nos permite fazer uma reflexão das experiências, memórias, apegos e desapegos no decorrer de suas trajetórias.

Não se pretende com este, de forma alguma, esgotar o assunto referente à questão da institucionalização, muito pelo contrário, ele é apenas um ponto de partida, uma pequena semente que espera-se sinceramente, que cresça e dê muitos frutos.

O estudo sobre esse tema é de extrema importância, pois são raros os estudos publicados sobre as repercussões sociais e psicológicas que as práticas de internação provocam nas crianças e adolescentes. Além disso a operacionalização do Estatuto vai propor e impor novas perspectivas de atendimento e, com certeza, este tipo de estudo poderá contribuir para a reflexão de novas alternativas.

CAPÍTULO 1

O ATENDIMENTO SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.1 - Da Visão Assistencialista às Novas Proposições da Sociedade

Vivemos em um país marcado por enormes desigualdades sociais. A estrutura capitalista, que divide a população em detentores dos meios de produção e possuidores da força de trabalho faz com que os bens produzidos pelos últimos sejam apropriados apenas pelos primeiros, criando assim uma grande massa de excluídos da utilização de bens e serviços.

O Brasil apresenta hoje um quadro de falência do sistema educacional, da saúde do próprio estado e das instituições que o compõem. A situação se agrava cada vez mais e as greves estão tomando conta do país, são: greves na saúde, na polícia, nas escolas públicas, nas universidades, Transporte urbano, metrô e muitas outras espalhadas por todo o território. E como não é novidade para ninguém, os maiores prejudicados são as pessoas mais carentes e que dependem desses recursos para sobreviver.

O número de pobres e miseráveis está aumentando assustadoramente e a isso se somam vários agravantes como o inchaço das grandes cidades, a falta de empregos, os baixos salários, a péssima e injusta distribuição de renda, e principalmente, a falta de vontade política dos governantes para reverter esse quadro.

Enquanto isso, convivemos diariamente com um número cada vez maior de pessoas desempregadas, sobrevivendo em condições sub humanas de moradia, alimentação e higiene e sendo cada vez mais explorados por esse sistema chamado capitalismo.

As crianças, frutos dessa miséria, são duramente atingidas por essa situação e muitas vezes deixam suas casas e vão para as ruas, seja para trabalhar e ajudar no sustento da casa, ou até mesmo para roubar, usar drogas e se prostituir. É dentro deste contexto que se origina e prolifera a situação de não-cidadania vivida por crianças e adolescentes brasileiros .

Segundo dados do IBGE, 41,9% da população do Brasil tinha até 18 anos em 1990, 53,5% dessa faixa etária, ou seja, cerca de 32 milhões de pessoas viviam em famílias com renda per capita de menos de meio salário mínimo.

Diante desse quadro constatamos uma realidade da desagregação e da pobreza da família brasileira, muitas vezes obrigada a transformar a instituição no único refúgio para seus filhos.

O atendimento público às crianças e jovens em situação de risco pessoal e social é como o próprio ramo social do Estado brasileiro, algo recente em nossa história.

Durante os primeiros quatro séculos de nossa evolução histórica, a “**questão do menor**” foi assumida pela Igreja através das confrarias, irmandades e casas de misericórdia, que cuidavam de órfãos e abandonados. Nesse período, não existiam instituições públicas que atendessem à chamada infância desvalida

Segundo o caderno do CBA “Trabalhando Abrigos “ (1993 p, 13) o Estado brasileiro assumiu muito tardiamente o atendimento nesta área e o fez inicialmente para cuidar dos chamados delinqüentes , criando Reformatórios ou Institutos Correccionais. Essas instituições visavam corrigir, disciplinar e reformar um contingente de adolescentes que não se enquadravam aos padrões de conduta da época. O estado deixou para as entidades filantrópicas o encargo com os carentes e abandonados.

M De acordo com o mesmo caderno, em 1927 é aprovado o 1º Código de menores e a partir da década de 30 criam-se grandes internatos que vão ter o trabalho baseado em uma dupla perspectiva: proteger os internos de um mundo hostil e, principalmente, proteger a sociedade da convivência com esses menores.

A questão do menor assume status de problema nacional na ótica do Estado, somente a partir de 1964 com a criação da FUNABEM (Decreto nº 4513 de 01.12.64) e das FEBEM's, sob a inspiração da Ideologia de Segurança Nacional. De acordo com a publicação “**contribuições para a definição de uma política para infância e juventude no Brasil**”, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, o que levou o Estado a se preocupar com o menor não foi a condição de miséria em que vivia a maioria das crianças e adolescentes brasileiros, nem os efeitos perversos do ingresso prematuro no mercado de trabalho no seu desenvolvimento

psico-físico-social, mas quando ele começou a transgredir as normas estabelecidas forçado pela necessidade de sobrevivência.

O termo internato era utilizado para todas as instituições de acolhimento provisório ou permanente e tinha uma conotação de isolamento e fechamento. As crianças eram estigmatizadas e privadas de viver sua própria singularidade, cuja expressão desaparecia no coletivo institucional homogeneizado.

Com essa nova Política de Bem-Estar do Menor, o modelo correccional-repressivo, que via o menino como ameaça social não foi superado e passou a conviver com um modelo assistencialista, que passou a percebê-lo como um carente.

Para Rocha et alli (1986 p, 100) o que se tem observado através da história é que os programas sociais compensatórios são politicamente desmobilizadores, uma vez que visam apenas resultados imediatos, fazendo com que as comunidades se reúnem em torno desses objetivos, impedindo, desta forma, que se criem espaços para que elas desenvolvam uma visão mais crítica e uma ação transformadora da realidade social. A autora segue afirmando que:

“analizando, ainda criticamente, os momentos históricos das práticas institucionais voltados às crianças e jovens vítimas da sociedade marginalizadora, constatamos que o marco evolutivo das mesmas restringe-se, via de regra, à superação de práticas repressivas-corretivas, por práticas assistencialistas-reparadoras e/ou promocionais, cuja finalidade é assistir os desfavorecidos, reconhecidas vítimas da sociedade repondo (com migalhas) o que lhe foi negado e instrumentalizando-os e, por que não dizer, adestrando-os para a pretensa Integração Social”.

Com o início do processo de abertura democrática, no final dos anos 70, surge, entre os educadores e trabalhadores sociais da área um movimento de educação progressista. O menino deixa de ser visto como um feixe de carências e passa a ser percebido como sujeito de sua história e da história de seu povo, como um feixe de possibilidades abertas para o futuro.

De 1982 para cá surgiu uma nova maneira de enfocar o problema das crianças e jovens em situação de risco. Trata-se de enfoque crítico-estrutural, voltado para a superação do ciclo perverso da institucionalização. Neste período de transição

democrática surgiu um movimento crítico cuja ênfase era a luta por direitos. Esse movimento tinha por objetivo buscar a alteração efetiva das situações que geram os abandonados ou que impedem seu pleno desenvolvimento como pessoa e como cidadão (Costa, 1990; MNMMR; CBIA, 1993) como consolidação desse movimento crítico, temos hoje uma legislação em defesa dos direitos da infância e juventude: **O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA** (lei nº 8.069/90)

Segundo Morais (1991, p. 13):

“O Estatuto da Criança e do Adolescente traz, em seu bojo, uma nova doutrina. Rompendo com o trato até então dispensado a crianças e adolescentes vitimadas, que estava centrado, em um caráter subjetivo e discriminatório, apresenta uma concepção garantista, que cria salvaguardas jurídicas capazes de assegurar à criança e ao adolescente o respeito à sua condição de sujeito de direitos, pessoa em condição peculiar de desenvolvimento”.

Ou seja, o Estatuto foi elaborado com a intenção de assegurar para todas as crianças e jovens o mais elementar de todos os direitos, que é justamente o **“direito de ter direitos”**.

Um dos passos mais importantes dados pelo Estatuto foi o rompimento com as práticas que vinham sendo desenvolvidas ao longo da história e que viam as crianças e jovens como simples objetos que deveriam ser **“moldados”**, conforme os interesses da instituição à qual haviam sido encaminhados, passando a encará-los como cidadãos que têm seus direitos assegurados em lei, direitos esses que devem ser observados pela sociedade e pelo Estado.

Como afirma Costa (1991, p, 24):

“É preciso aprender a olhar os meninos a olho nu, com o olhar desarmado das categorias estigmatizantes do código de menores e da PNBEM (Política Nacional de Bem Estar do Menor). Chamá-los de menores seria enquadrá-los nas categorias inscritas nas leis de controle social da infância e da juventude que, só agora,

nos espíritos mais críticos, começam a ser percebidos como parte do entulho autoritário que a construção democrática da vida nacional, um dia, haverá de banir do panorama legal brasileiro”.

Com essa mudança de visão que se processa, há uma superação do assistencialismo, prática comum do passado e que finalmente agora demonstra acenos de transformação, e o atendimento às necessidades básicas da população menos favorecida deixa de ser encarado como um favor, uma generosidade e passa a ser visto como um direito assegurado em lei e, portanto, exigível.

Para Castro (1991, p, 31), *“três forças se uniram em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que regulamenta as conquistas constitucionais e revogou o Código de Menores e a Política de Bem-Estar do Menor:*

- a) o mundo jurídico: representado por juizes, promotores de justiça, advogados e professores de direito,*
- b) as políticas públicas: representadas por assessores progressistas da FUNABEM e por dirigentes técnicos dos órgãos estaduais reunidos no FONACRIAD - o Fórum Nacional de Dirigentes de Políticas Estaduais para a Criança e Adolescente;*
- c) o movimento social: representado pelo Fórum DCA e por um considerável grupo de entidades não-governamentais que lhe manifestam apoio, solidariedade e incentivo durante a campanha, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) , a SBP(Sociedade Brasileira de Pediatria) e a ABRINQ (Associação dos Fabricantes de Brinquedo) que representam o mundo empresarial”.*

No que se refere às políticas públicas para a infância e adolescência, o Estatuto introduziu duas ordens de mudança:

- a) a primeira no interior das políticas públicas, estabelecendo uma nova divisão do trabalho social entre a União, o Estado e o Município ,que é a descentralização.*

O Estatuto passa a atribuir ao governo municipal a competência de assegurar a atenção às necessidades básicas de crianças e adolescentes de tal sorte que os mesmos não percam o vínculo comunitário que possuem. Também passa a propor uma maior integração e articulação entre as diversas políticas públicas setoriais de tal forma a garantir uma atenção das necessidades bio-psico-sociais destes seres em desenvolvimento.

- b) a segunda mudança relaciona-se à natureza da relação estado-sociedade, abrindo espaço para a participação da sociedade na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, através de conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Os conselhos são criados para em conjunto com o executivo municipal decidir sobre políticas. Eles são paritários, isto é, com participação igualitária de representantes do poder público e da sociedade civil local. Estes conselhos também são deliberativos, o que significa que os mesmos decidem, acompanham, controlam e fiscalizam a ação.

O E.C.A. também vai contemplar as medidas de proteção e as medidas sócio-educativas, que são uma série de programas que tem como objetivo atender as diferentes demandas e problemáticas das crianças e/ou adolescentes em situação de abandono, risco pessoal e social.

Podemos destacar entre as medidas sócio-educativas a advertência, a obrigação de reparar danos, a prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de sensibilidade, internação em estabelecimento educacional e qualquer uma das previstas no art. nº 101, I a VI (ECA, art. 112). Estas medidas são destinadas exclusivamente à adolescentes que cometeram ato infracional. Já as medidas de proteção vão ser aplicadas a qualquer criança ou adolescente violadas ou ameaçadas em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do Estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, ou ainda, em razão da própria conduta. (CBIA, 1993, p. 18) são elas (ECA, art. 101):

- I - encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- III - matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - abrigo em entidade;

VIII - colocação em família substituta.

↳ Neste trabalho, destacar-se-a o “**abrigo em entidades**”, por estar diretamente relacionado com a temática proposta.

↳ O abrigo é uma medida de proteção destinada a crianças e adolescentes privados temporária ou permanentemente de seu meio familiar. De acordo com o Estatuto (art nº 101 parágrafo único) o abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

↳ Essa ausência de privação de liberdade tem sido muitas vezes entendida como se “o abrigado” tivesse todo o direito de “*ir e vir*” podendo, portanto, fazer o que quiser. Sêda (1993, p. 41) vai afirmar que no abrigo, crianças e adolescentes não estão privados de liberdade mas, como em qualquer outra situação social, estão submetidas ao regulamento, ao regimento da entidade que os acolhe. Assim como os membros de uma família vivem sob regras, o abrigo também terá suas próprias regras, que por sua vez, contemplarão as normas editadas pelo estatuto. O mesmo autor vai ressaltar que “*a cidadania consiste em vivermos sob normas que regulam (de regular, regras, existir sob regras) a convivência dos cidadãos no meio social*”.

Segundo o caderno de ação do CBIA “**Trabalhando Abrigos**”, o contingente de abrigados é constituído por crianças/adolescentes órfãos, abandonados, crianças vítimas de maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, falta de condições básicas dos pais para suprir a subsistência, deficiências físicas e mentais e, inclusive, crianças que eventualmente tenham cometido infração para as quais não seja indicada outra medida de proteção.

Também estarão nos abrigos crianças e adolescentes com vivências de rua para os quais, em determinado momento, o retorno à família biológica se mostre difícil e inviável.

Segundo relatório estatístico da CEJA- Comissão Estadual Judiciária de Adoção, referente ao primeiro semestre de 1994, existem hoje em Santa Catarina 483 crianças internas em instituições de abrigo e, destas, 48 estão disponíveis para

adoção. Esses dados foram fundamentados em pesquisa realizada junto às instituições de abrigo do estado, que somam um total de 26, sendo que apenas 17 remeteram os dados solicitados.

Frente a essa realidade, percebe-se como necessário a existência de programas que tenham como prioridade a preocupação em colocar a família como o melhor lugar para o desenvolvimento de uma criança, levando sempre em consideração que a institucionalização acarreta muitas conseqüências negativas para seu desenvolvimento devendo ser utilizada somente quando todos os recursos possíveis forem esgotados. É de suma importância que se criem alternativas que assegurem a permanência da criança na família e na sua comunidade.

Para Benedito Rodrigues dos Santos, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de rua, “a transitoriedade, a convivência família e comunitária são os principais desafios do atendimento em abrigos”. Com relação a essa transitoriedade prevista no Estatuto, constatamos que ela esta diretamente relacionada com a história singular de cada criança e assim como existem aqueles que terão uma permanência breve no abrigo, podendo durar horas ou dias, existem aquelas que terão uma permanência continuada, que poderá durar meses ou anos.

Na prática o que percebemos é que quanto menor for a criança menor o período que ela passa no abrigo e este vai ter caráter mais permanente para adolescentes abandonados e também para crianças e adolescentes portadores de deficiência física e mental. Embora o retorno da criança à família de origem ou sua colocação em família substituta seja uma prioridade, o abrigo deverá ter condições para ficar o tempo que for necessário com crianças que ainda não foram integradas a uma família.

O desafio está posto. Agora é preciso que a sociedade civil se mobilize e passe a cobrar do poder público todos os direitos que já estão assegurados no papel em forma de leis. O estado tem a obrigação de garantir com absoluta prioridade, todos os direitos de crianças e adolescentes, proporcionando-lhes proteção integral.

o pai quer

“A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Se um país é uma árvore, a criança é um fruto. E está para o progresso social e econômico como a semente para a plantação. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na educação, o que significa investir na infância. Por um motivo bem simples ninguém planta nada se não tiver uma semente”. (Dimenstein, 1993 p.8)

1.2 - Abandono e Institucionalização de Crianças: Suas Causas e Conseqüências

É muito difícil abordar o tema abandono e institucionalização, principalmente em uma realidade como a do Brasil., onde por trás de crianças abandonadas, crianças de rua e na rua, crianças agressoras e vítimas de agressão, estupros, trabalho precoce, prostituição, ... também se encontra um contingente enorme de famílias abandonadas. Esse abandono se traduz pela destituição, pobreza, exclusão, ao acesso aos bens, serviços e riquezas. Pela desinformação, alienação, isolamento, características da sociedade em que vivemos.

Para se ter uma idéia da gravidade da situação, o Brasil entrou na década de 90 com uma população de 146 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE. Deste total, 64,5 milhões vivem abaixo da linha de pobreza. Considera-se pobre, aqui, a família com rendimento per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Porém, entre esses 64,5 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza, 33,7 milhões são indigentes, ou seja, famílias com rendimento per capita igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Diante desta dolorosa realidade, temos as crianças e adolescentes como os maiores atingidos e os mais prejudicados por essa situação. Vivemos em um país onde o assassinato de crianças já não mobiliza mais a sociedade, onde existem 500 mil menores prostituídos e onde as crianças fazem das ruas seus lares, dos agenciadores seus parentes (Weber , 1993).

Para ilustrar essa afirmação, Weber, (1993) no “**I Encontro Nacional de Educadores e Instituições sobre Meninos em Risco Pessoal e Social**” estima a existência de 160 mil mulheres de zero à 17 anos vivendo em precárias condições nas ruas, favelas e bairros populares somente do Rio de Janeiro, em 1990. Elas enfrentam todo o tipo de adversidades: falta de assistência médica, escola, discriminação e inevitavelmente caem nas malhas da prostituição.

Com relação à violência, os massacres da Candelária e Vigário Geral, no Rio de Janeiro, demonstraram praticamente a existência de grupos pára-policiais envolvidos com o extermínio de jovens pobres, negros moradores de áreas carentes ou freqüentadores das ruas do Brasil, numa luta inglória para a sobrevivência numa sociedade fria, competitiva e insensível. Desde meados dos anos 80, dirigentes de

defesa dos direitos da criança e adolescente vêm denunciando a matança sistemática de meninos e meninas de rua.

Sobre violência ainda, temos que pensar nos maus-tratos, negligência, espancamento da criança, tortura, abuso sexual praticados pelos próprios pais da criança. De acordo com o CRAMI (Centro Regional da Atenção aos maus-tratos Infantis), a agressão física, em 1992, representava metade dos crimes contra a criança e adolescente (48%), a faixa etária mais atingida foi de oito a 15 anos, e o agente agressor, em proporção elevada, foi a mãe, com 42% das ações, seguida pelo pai com 23%.

Frente a esse quadro que demonstra um pouco da realidade de nossas famílias e em especial de nossos jovens, é que constatamos que embora a família seja, sem dúvida alguma, o melhor lugar para o desenvolvimento de uma criança, muitas vezes a internação em instituições é a única solução encontrada para garantir a sua sobrevivência.

Segundo Guirado (1986 : 19),

“dentre as práticas sociais de cuidado com infância, a internação em instituições tem sido, historicamente, uma “saída” controvertida. De um lado, há quase que um consenso sobre sua inevitabilidade, quando se trata do atendimento àquelas faixas da população que não dispõem dos recursos necessários para a criação dos filhos no âmbito da família. De outro, há também consenso sobre os prejuízos que daí advêm para a criança, sobretudo em termos de afetividade. A carência afetiva é sempre apontada, quer pelas pesquisas de estatuto científico, quer pelos que fazem o cotidiano das instituições, como uma decorrência imediata”.

— Sobre isso também, acrescentam Weber e Kossobudzki (1993), dizendo que sem dúvida a institucionalização não é a melhor saída. Toda criança deve ter o direito a uma família. O Estado deve ser o grande responsável por abrigar crianças, que devido aos mais diversos motivos, estejam privadas de suas famílias biológicas.

Abrigar, em um sentido mais amplo, não significa necessariamente institucionalizar. Pode significar também encontrar lares substitutos, pais adotivos, enfim, criar condições familiares para crianças destituídas de lar e família.

Portanto a internação de crianças em instituições deve ser feita somente quando não restarem outras alternativas, quando esta medida for inevitável. Em primeiro lugar deve-se tentar todas as possibilidades que assegurem a permanência da criança na sua família e na sua comunidade. Caso isso não seja possível, é preciso adotar outros procedimentos que permitam e favoreçam que a criança se desenvolva plenamente. *“Assim sendo, a colocação em família substituta, com suas modalidades, oferece saídas que não são ideais, mas com melhores condições, restando para a internação um caráter de punição mais do que de proteção”* (Moraes, 1991 : 21)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Cap III, Seção III, artigo 28), determina que a colocação em família substituta poderá ocorrer nas seguintes modalidades: guarda, tutela, adoção.

A guarda é um tipo de colocação em família substituta, através de processo legal que obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo a seu responsável o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. Ela não estabelece vínculo de filiação e poderá ser revogada a qualquer tempo, não podendo ser deferida a estrangeiros.

A tutela é o encargo ou autoridade que se confere a alguém, através da Lei, para administrar os bens, dirigir e proteger a criança ou adolescente que se acha fora do pátrio-poder, bem como para representá-lo ou assisti-lo nos atos da vida civil.

Adoção é o processo legal pelo qual o adotado adquire, para todos os efeitos, a condição de filho legítimo, desligando-o de qualquer vínculo com os pais ou parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Cabe aqui reforçar mais uma vez a afirmação de que tanto o encaminhamento de crianças para instituições bem como sua colocação em família substituta só devem ser realizadas quando todos os esforços que visam sua permanência junto a família de origem forem esgotadas, pois sem dúvida, a família é o melhor lugar para que ela possa crescer e se desenvolver plenamente.

Porém, para muitas crianças e pelos mais diversos motivos, a institucionalização torna-se inevitável, e é justamente este assunto que passar-se-a a abordar na seqüência deste trabalho.

Através de pesquisas realizadas nas décadas de 70 e principalmente na de 80, pode-se constatar que a maioria das crianças internadas são geralmente originárias do mesmo município onde estão localizadas as instituições, oriundas dos locais mais pobres das cidades, como as favelas e bairros das periferias. Suas comunidades de origem freqüentemente estão situadas muito distantes das instituições onde se encontram, o que vai dificultar a manutenção dos laços familiares. Estas pesquisas também vão apontar a pobreza como um fator determinante que conduz à internação, assim como a dificuldade da família em lidar com a conduta da criança.

Para confirmar e reforçar estes dados, o relatório da CEJA (Comissão Estadual Judiciária de Adoção) realizado no primeiro semestre de 1994 vai apontar como principais motivos que levam à internação de crianças nas entidades de abrigo de Santa Catarina, os seguintes: falta de condições para atender as necessidades básicas da criança, pobreza extrema, abandono, maus-tratos, separação dos pais, carência material e afetiva, ausência de um dos pais (principalmente do pai) etc.

Quando se fala em instituições de proteção, como neste caso da criança, existe sempre uma problemática a ser discutida, que é a serviço de quem está a instituição. Seria lógico pensar que está inteiramente a serviço das crianças e adolescentes a que se destinam., mas infelizmente não é isso que se tem observado ao longo da história.

Como afirma Moraes (1991), é comum encontrar um discurso institucional que fala na atenção às necessidades básicas, ao desenvolvimento psicossocial e ao crescimento integral. Porém, o que comumente observamos é que, na prática, o que é oferecido visa a alimentação, moradia, estudos e atividades que, contraditoriamente ao discurso, dada a maneira pela qual são oferecidas, dificultam o seu desenvolvimento enquanto pessoa.

A internação de crianças em instituições, principalmente nos casos de longa permanência, vai ser prejudicial em vários aspectos, em especial no processo de formação da identidade, na escolarização e no desenvolvimento das relações sociais. /

Para Espert (1987, p. 17), o sistema institucional vai limitar e deformar a criança, pois segrega-a de sua família e de sua comunidade, coletiviza sua vida e

causa grandes danos à sua personalidade, devido a um processo de socialização inadequado que torna ainda mais difícil o seu futuro retorno à sociedade.

A vida institucional, como destaca Rizzini (1991), *“por suas características de rotinização, massificação e rígida disciplina, cria um ambiente de impessoalidade e falta de afeto”*. Dentro do espaço institucional as crianças são privadas de seu espaço subjetivo, da sua individualidade e de vínculos afetivos. Elas não têm sequer suas próprias roupas e brinquedos. Tudo tem que ser dividido e compartilhado com quantas crianças estiverem na *“casa”*.

Numa instituição, o que prevalece é o *“bom”* funcionamento e nele não existe espaço para o estabelecimento de vínculos afetivos, pois são considerados prejudiciais e impeditivos para que o trabalho possa ser realizado mais rapidamente e melhor controlado.

A criança institucionalizada, na sua condição de *“objeto”*, não participa ativamente da vida da instituição. Ela vai apenas seguir uma rotina imposta e pre-estabelecida.

Toda essa ordem institucional vai impedir que as crianças desenvolvam sua individualidade, a segurança afetiva e a auto-estima, propiciando que a instituição as manipule e controle com maior facilidade, passando desta forma, como bem denomina Cruz (1992, p, 19) de uma infância desregrada a uma infância dominada. A mesma autora afirma que essas crianças e jovens estão sujeitos a um balizamento moral, a uma normatização que lhes é colocada de fora para dentro, ou seja, eles devem internalizar uma normatização e uma repressão que lhes é imposta.

As crianças geradas dentro deste sistema vão ser apáticas com atraso psicomotor, com comportamento estereotipado de rechaço sistemático ou apego desproporcional a qualquer aproximação de pessoas.

Barbara Tizard (1975) vai afirmar que,

“mesmo em instituições com ótimas condições de estimulação física, sensorial, lingüística e motora, as crianças acabam por apresentar uma afetividade atípica: seu contato com estranhos e a sua sociabilidade em geral são diferentes daquelas crianças que vivem em seus lares, e ela atribui isso ao fato de se ter na instituição um cuidado oferecido por “múltiplas mães”.

Esse fenômeno é assim denominado devido a rotatividade das funcionárias ou atendentes que cuidam das crianças e que com elas têm mais contato, e mesmo, seu rodízio durante o dia ou a semana na instituição”.

Todos sabemos da importância de figuras parentais ou substitutas para o desenvolvimento da criança. Bowlby (In; Guirado, 1980), autor de Orientação Psicanalítica, desde seus primeiros estudos vai defender de forma enfática a importância da criança ser cuidada e atendida pela mãe (ou substituta), ou mesmo, por poucas pessoas, recebendo afeto e carinho delas. Vai apontar, por outro lado, para os efeitos adversos da separação e da colocação da criança em uma instituição de atendimento integral.

Segundo ele, estes efeitos podem ser verificados ao nível físico, intelectual e afetivo, resultando em perda de peso, suscetibilidade a doenças físicas, rebaixamento da capacidade intelectual, reações de desespero, seguidas de apatia e desapego.

As características mais frequentemente encontradas no comportamento de crianças separadas de suas mães e internadas em instituições, conforme os estudos reunidos por Bowlby, foram os seguintes:

- a) crianças separadas de suas mães entre três e seis meses: apresentam falta de atenção e de expressividade diante de estímulos (não sorriem, não se movimentam), quietude e imobilidade, aparência de infelicidade, sono agitado, ausência do hábito de sucção, propensão a estados febris transitórios, enfraquecimento e palidez, aumento insuficiente de peso e evacuação freqüente;
- b) crianças separadas de suas mães entre seis meses e um ano completo: apresentam, além das características anteriores, falta de apetite, insônia, repúdio a estímulos, depressão (podendo permanecer por longos períodos sentada ou estendida inerte);
- c) crianças separadas de suas mães entre um e três anos: nos primeiros dias elas se tornam angustiadas e mesmo desesperadas, negam-se a receber consolo e alimento, recusam mães substitutas; depois de

alguns dias, mostram-se apáticas com enurese noturna e mutismo absoluto; a médio prazo, podem passar a apresentar um afeto alegre mas superficial, em relação a todo adulto à sua volta, ou ainda, uma indiferença apática a qualquer relação afetiva, quadro este, geralmente combinado com balanceio monótono do corpo ou movimentos combinados de cabeça; quando a mãe retorna, podem apresentar reação hostil, exigências excessivas, intolerâncias à frustração, ciúmes agudos;

- d) crianças separadas de suas mães entre três e sete anos: o efeito parece ser menos nocivo, mesmo assim, evidencia-se no comportamento da criança, uma falta de domínio sobre as emoções, enurese noturna, estado nervoso, delinqüência, insegurança do amor materno, rebaixamento do rendimento escolar, do quociente intelectual e desenvolvimento físico prejudicado;
- e) em estudos retrospectivos feitos com adolescentes que tiveram, na primeira infância, uma relação perturbada com a mãe, ou que foram separados dela, pôde-se observar: superficialidade nas relações, ausência de verdadeiros sentimentos, incapacidade de preocupação por qualquer pessoa, incapacidade para o estabelecimento de laços de amizade, inacessibilidade a qualquer tipo de ajuda, indiferença a estímulos que, em geral, provocam reação emocional e reação imediata a outros que normalmente não a despertam, desinteresse, atitude evasiva, roubo, mentira, ausência de sentimento de culpa, falta de concentração no trabalho escolar, incapacidade de confiança em companheiros de um mesmo grupo, isolamento afetivo, falta de percepção das “regras do jogo” e conseqüente desobediência, distração, recursos superficiais de fantasia inconsciente, incapacidade conceitual, especialmente em relação ao tempo (dificuldade de recordação, lembrança e projeção no futuro).

Percebemos claramente com isso que a institucionalização é uma situação traumática para a criança, pois não envolve apenas uma mudança de espaço físico, mas também uma modificação de hábitos e costumes e principalmente uma transformação profunda nas suas relações pessoais e sociais, ou seja, tanto com as pessoas que a cercam como com a sociedade em um sentido mais amplo.

Além da massificação, uniformidade, rotinização, modelagem, segregação e isolamento a que estão submetidas grande parte das crianças e

adolescentes que vivem em instituições, muitas delas ainda se defrontam com um fator agravante: a violência, seja ela física e/ou psicológica.

Espert (1987, p. 47) vai afirmar que “*nas instituições tradicionais, os maus tratos são um componente básico, amplamente aplicado e generosamente distribuído*”. Ele segue dizendo que o adolescente vai considerar o castigo físico um ato “normal” praticado pelo tutor ou inspetor, pessoa esta que tem o “*direito*” de se valer da força física para manter a pretensa “*ordem*” institucional.

Entre as formas de maus tratos que são praticadas, destacamos os “*casquados*”, bofetadas, surras com correias, vara e chicote, pontapés, isolamento em celas de castigo, lavagem da boca com detergente, entre outras.

Já os maus tratos psicológicos vão se apresentar de uma forma mais sutil, mas igualmente prejudiciais. Basta imaginar o que significa para um jovem apresentar-se na frente de outras pessoas, muitas vezes pessoas que visitam a instituição, com aparência de um mendigo, o estigma de alguém socialmente segregado e condenado, mal vestido e calçado, de cabeça raspada e que em várias ocasiões ainda é exposto ao ridículo perante os demais companheiros.

As conseqüências causadas pela internação em instituições não vão atingir apenas o momento “*presente*” vivido pela criança, mas também irão, de forma indireta, afetar o seu futuro. vários autores vão relatar a dificuldade que as crianças internadas tem em estabelecer um projeto de vida, em pensar no seu futuro, principalmente aquelas crianças que ficam internadas vários anos.

Essa é uma questão que lhes trás grande angústia, pois, de certa forma, pressentem as dificuldades que terão que enfrentar no mundo lá fora, mundo esse que muitas vezes elas nem conhecem, ou então, tem pouco ou nenhum contato, pois são “*treinados*” para viverem apenas dentro do espaço institucional e não ultrapassar seus limites. Guirado (1986) chega a afirmar que a instituição é o substituto do projeto de vida, da singularidade e da vida.

Vainsencher (1989) relata que a solicitação para que os internos manifestassem o que gostariam de fazer na vida gerou angústia, desencorajamento e apatia. Sua pesquisa demonstra que 12% das crianças não conseguiram sequer pronunciar qualquer palavra sobre suas expectativas e projetos. Dos que conseguiram

fazer projeções para o futuro, estas eram extremamente vagas, como por exemplo ter um trabalho qualquer (17% dos casos).

Guirado (1980, p. 29), vai ressaltar que entre os estudos que revelam as conseqüências causadas pela permanência em instituições, vão merecer destaque os realizados por Bárbara Tizard, que verificou que os efeitos adversos da institucionalização não provinham realmente da separação mãe/criança, mas da qualidade da instituição na qual a criança era deixada.

Segundo ela, boas instituições (entendidas como aquelas em que existem brinquedos, baixa proporção adulto-criança, condições de saúde e higiene adequadas) poderiam favorecer o desenvolvimento e não prejudicá-lo.

Cabe-nos salientar que a autora chegou a esta conclusão através de estudos onde constatou que quanto ao desenvolvimento cognitivo, perceptivo, linguístico e psicomotor, crianças criadas em internatos de boa qualidade e crianças de classe trabalhadora criadas com suas famílias não apresentavam grandes diferenças entre si.

Porém, quanto à afetividade, as crianças da instituição mostravam-se atípicas, delineando um quadro de apatia, superficialidade no contato com as pessoas etc, quadro este que já foi anteriormente descrito neste trabalho.

Com isso, percebe-se que por melhor que seja a instituição, ela consegue apenas “*amenizar*” os efeitos causados pela institucionalização, mas nunca superá-los por completo. Não queremos através desta afirmação negar a importância das características da instituição em que a criança foi internada, muito pelo contrário, concordamos plenamente com a autora de que essas características vão influenciar diretamente o seu desenvolvimento e, acrescentando mais, afirmamos que é preciso rever e reavaliar com urgência as práticas que vêm sendo até então desenvolvidas, com vistas a melhorar e aumentar a qualidade das instituições que prestam esse tipo de serviço.

Um importante e decisivo passo foi dado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente quando este propõe o abrigo como uma das medidas de proteção conforme citado anteriormente

No artigo 92 do ECA está disposto que as entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação da comunidade no processo educativo.

De acordo com o CBIA (1993, p. 22)

“o abrigo é um lugar que oferece proteção, uma alternativa de moradia provisória dentro de um clima residencial, com um atendimento personalizado, em pequenas unidades, para pequenos grupos de crianças. Este é um programa que se caracteriza por propiciar às crianças e adolescentes, a oportunidade de participar na vida da comunidade através da utilização de recursos como escolas, áreas de lazer, centros médicos, quadras esportivas, etc”.

Com isso, o Estatuto pretende romper com o isolamento, a falta de liberdade, o atendimento massificado etc, a que estavam submetidas as crianças e adolescentes que necessitavam permanecer um tempo dentro de uma instituição.

Outra diferença que vale a pena ressaltar é que enquanto as grandes instituições possuíam normas e regulamentos rígidos exigindo de sua clientela um ritual cotidiano até para os simples atos de acordar, fazer refeições, brincar e dormir, essas orientações nos abrigos não podem ser exageradamente rígidas impedindo sua rediscussão quando necessário, nem tão flexíveis a ponto de serem burladas quase sempre.

Para isso, é extremamente necessário que as pessoas que trabalham nos abrigos sejam competentes e qualificadas para tal, e tenham acima de tudo, noção da dimensão de seu papel de educador.

Daí a importância da existência de uma política de recursos humanos, que pressupõe processos de capacitação reciclagem, supervisão técnica, como parte de um projeto de profissionalização da área que objetiva romper em definitivo com o conformismo e o baixo nível das pessoas que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes que caracterizam boa parte de nossa instituições.

Se a política de atendimentos prevista para os abrigos não pode acabar por completo com os efeitos traumáticos causados pela institucionalização, pode ao menos reduzi-los, através de uma assistência mais humana onde as instituições deixem de ser simples “depósitos” de crianças, mas também desenvolvam projetos que possibilitem o seu pleno crescimento como pessoas e, acima de tudo, como cidadãos.

É necessário também que elas deixem de servir como um incentivo ao abandono, como ocorre em muitos casos e passem a ver a manutenção dos vínculos afetivos entre a criança e sua família como um de seus objetivos primordiais.

Estas transformações já existem no papel, no Estatuto da Criança e do Adolescente e já podem também ser percebidas no cotidiano de algumas instituições que perceberam a importância de se investir na infância.

O próximo capítulo, iniciará-se focando se contexto institucional onde foi realizado o estágio e que serviu de subsídio para a realização deste trabalho, e o esforço que vem sendo feito no sentido de operacionalizar as medidas previstas no Estatuto, conforme ficará explícito na recuperação da história da instituição que vai se passar a abordar a partir deste momento.

CAPÍTULO 2

CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS: A COLOCAÇÃO FAMILIAR OU O VÍNCULO COM O ABANDONO

2.1 - Contexto Institucional do Estudo: A Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação(SERTE) e Sua História.

A SERTE - Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação - é uma entidade civil com personalidade jurídica e objetivos filantrópicos, educacionais, religiosos e de recuperação física e espiritual. Desenvolve a partir de sua fundação, atividades e programas de bem estar social que abrangem não apenas a população local, mas toda a região do Estado de Santa Catarina. Ela está baseada em objetivos e filosofia plasmados na Doutrina Cristã, porém o atendimento prestado atinge pessoas de todas as raças e religiões.

A SERTE, fundada em 26 de dezembro de 1956, teve Leonel T.Pereira como um de seus fundadores, e nesta época era denominada Sociedade Espírita “*Ranchinho dos Trabalhadores do Espaço*”.

Geralmente as obras que estão ligadas a um crêdo religioso, como no caso deste trabalho à religião espírita, têm como características serem pequenas e mantidas pela própria comunidade, sem qualquer relação com o poder público. A SERTE é, portanto, uma organização não-governamental (ONG), mas que com o passar do tempo foi crescendo e criando dimensões que impossibilitaram o seu funcionamento somente com os recursos adquiridos com a comunidade. Houve, então, a necessidade de recorrer a uma parceria entre a instituição e o poder público, que se daria na forma de convênios para o repasse de recursos financeiros públicos para entidade.

Como afirma Silva (1991, p. 30),

“as entidades - associações sem fins lucrativos - nascem no âmbito da sociedade civil sob motivações religiosas, beneficentes, sócio-políticas etc, mas acabam por

desenvolver um percurso que as coloca inevitavelmente em direção ao Estado”.

Este, por sua vez, não pode prescindir dessa parceria, desse repasse de benefícios, pois correria o sério risco de ver essas obras fechadas e a prestação dos serviços sociais básicos interrompida, deixando grande parte da população carente sem acesso a esses serviços, visto que essas entidades não teriam como se manter funcionando sem a assistência financeira do Estado.

A história do lar de idosos e crianças da SERTE começa quando Leonel T. Pereira, mais conhecido por Nelito, decidiu construir uma casa para idosos em um terreno pantanoso que pertencia à sua família na praia da Cachoeira do Bom Jesus. Apesar das características do terreno não serem as mais adequadas para a obra, o local escolhido não poderia ser mudado, pois não havia outro disponível.

E, o que é mais importante: a visão que o impressionava fora ali mesmo, naquele local. Por duas vezes, quando passava em frente a esse terreno, vira um prédio de madeira, grande, cheio de velhinhos que lhe acenavam e sorriam. O quadro mental ou de vidência permanecia por alguns momentos e se extinguia, marcando profundamente a sua memória.

Nelito não espera muito para agir. Começou logo a pensar na forma de drenar e aterrar o pedaço de terra escolhido. As pedras dos alicerces foram tiradas do mar, puxadas com carro de bois. Montou uma Olaria para transformar em tijolos a argila que era extraída do próprio terreno.

O empreendimento não foi nada fácil. Os alicerces foram iniciados em 1958 e em 1964 as paredes ainda não atingiam a altura necessária. Foi quando Nelito teve a idéia de pedir a colaboração de outras pessoas, que poderiam ajudar com uma pequena importância mensal, assegurando os recursos indispensáveis à continuidade da obra. Assim, em outubro de 1964 foi criado o Grupo de Mantenedores, que contribuíam com uma mensalidade fixa.

O grupo foi crescendo, a obra evoluindo e se desenvolvendo, até que em 20 de maio de 1967 os primeiros idosos eram abrigados no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, apesar do prédio não estar totalmente acabado.

Em 1969 a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Florianópolis é incorporada à SERTE, sendo que esta desenvolvia os Trabalhos de

assistência social na Cachoeira do Bom Jesus, que envolviam: educandário, berçário, lactário, Núcleo de assistência Pré-natal e Núcleo de assistência à infância. Parte dos recursos para que essas obras pudessem se desenvolver era garantida através de convênios com a LBA, FUCABEM e CNAE.

Em 1970, também as dependências da SERTE, começa a funcionar a maternidade Irmã Liz, em 28 de abril. Em 27 de janeiro de 1976 é inaugurado o Hospital Maternidade Irmã Liz, com todo o equipamento cedido pelo FUNRURAL, em comodato, que funcionaria até o ano de 1980 quando teve que ser desativado por escassez de recursos financeiros.

Voltando ao ano de 1970, cabe-nos ressaltar que em 30 de junho, através de reforma estatutária, a entidade passa a denominar-se SERTE - Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação.

Neste mesmo ano de 1970 começa a história do lar das crianças. Neste período, um garotinho de 7 anos foi entregue à SERTE pelo pai adotivo, um pedreiro que viera de Xanxerê e estava com a esposa internada em um hospital de Florianópolis, em estado terminal vítima de câncer. O menino vivia num rancho de construção, junto a oito homens que durante o dia saíam para o seu trabalho, deixando-o sozinho. Como não havia outro lugar disponível, ele foi abrigado no Lar dos Velhinhos.

Pouco tempo mais tarde surgiu outra necessidade concreta: uma senhora com oito filhos pequenos foi abandonada pelo marido, que desapareceu sem lhe deixar qualquer proteção pecuniária ou previdenciária. Como não tinha condições de pagar o aluguel da casa onde morava teria que desocupá-la imediatamente, caso contrário seria despejada.

Frente a essa situação de abandono e desamparo em que se encontravam a mulher e as crianças, e na ausência de qualquer outro programa governamental de apoio à família, Nelito resolveu transformar em quarto de dormir a pequena oficina anexa ao Lar dos Velhinhos. Quase ao mesmo tempo, outras crianças abandonadas procuravam abrigo e proteção. A solução emergencial encontrada foi arrumar um canto do corredor e um quarto do Lar Irmão Erasto, nascendo, assim, o lar das Crianças "*Seara da Esperança*".

Quando a Maternidade Irmã Liz, que ocupava uma ala do mesmo lar, foi transferida para o prédio construído pelo FUNRURAL, em 1976, as crianças foram alojadas nas dependências desocupadas. Ali permaneceram até outubro de 1977 quando passaram a ocupar prédio próprio, que foi construído com auxílio da FUCABEM e de recursos obtidos através de diversas campanhas.

Lamentavelmente, um curto circuito provocou o incêndio que, no dia 15 de junho destruiu completamente o prédio, ficando apenas algumas paredes. Das vinte e sete crianças que estavam na casa, 26 conseguiram se salvar. Uma menina de dois anos de idade que dormia em seu quarto não pode ser salva.

As crianças foram, então, abrigadas em uma casa de três pavimentos no centro da cidade que foi cedida gratuitamente pela Fundação Vidal Ramos. Começaram a ser realizadas novas campanhas para que a obra pudesse ser reconstruída, que mobilizou não somente a comunidade de Florianópolis, mas também de várias outras cidades do estado.

O prédio que seria reconstruído teria a capacidade para abrigar 40 crianças, na faixa etária de 0 a 14 anos que seriam encaminhados através do Juizado de Menores ou da FUCABEM, conforme política preconizada por esta, de assistir a criança carente.

Como o dinheiro arrecadado com as doações não foram suficientes para cobrir todos os custos, conseguiu-se uma ajuda do Governo do Estado (na época o governador era Esperidião Amim) que cedeu toda a mão-de-obra para a reconstrução do prédio, sendo que o material necessário foi fornecido pelo Projeto Vida de São Paulo.

Terminada a obra, as crianças foram levadas para o novo local. Na época eram atendidas cerca de 40 crianças com idades que variavam de 0 a 12 anos . O número de funcionários também era grande e contava com: atendentes, cozinheiras, faxineiras, assistente social, psicóloga e enfermeiras que atendiam somente à Casa das Crianças. Esse número elevado de funcionários só era possível devido a um convênio realizado com o Pró-Criança, Programa Governamental, que ficou responsável pelo pagamento das técnicas e do pessoal da direção.

Com o final do governo Amim o convênio foi interrompido. Como a SERTE não possuía recursos para cobrir a folha de pagamento sozinha, teve que

demitir a maior parte dos funcionários e para isso foi necessário vender um automóvel (Kombi) e um terreno na praia da Cachoeira que pertenciam à instituição para poder pagar as despesas com a demissão do pessoal.

Como o número de funcionários era muito baixo em relação ao de crianças, e as dificuldades financeiras estavam se agravando, houve a necessidade de tomar algumas medidas urgentes e a solução encontrada foi promover uma espécie de “*incentivo à adoção*” com a colaboração do Juizado de Menores.

Neste período a maioria das crianças que estava na casa foi adotada, outras retornaram a seus lares e outras ainda foram encaminhadas para outras instituições, como o Lar São Vicente de Paula. Ficaram na SERTE apenas 4 crianças, que apresentavam situações de difícil equacionamento.

Essas crianças, foram transferidas para um espaço dentro do Lar dos Velinhos, juntamente com 2 funcionários que se revezavam durante o dia (plantão de 6 horas) e 1 plantonista para a noite.

Essa situação dura alguns meses, até que algumas pessoas diretamente ligadas à SERTE, inconformadas com o fechamento do Lar das Crianças resolveram se mobilizar e conseguir recursos para que o Lar pudesse ser reaberto. Foi feita então uma campanha junto à pessoas amigas e conhecidas, até que em 1988 a obra voltou a funcionar e a receber novas crianças.

Porém, algumas modificações ocorreram determinadas por questões financeiras. Como o número de funcionários era pequeno, não haviam recursos para a contratação de pessoal técnico e especializado para trabalhar com crianças maiores e não existia espaço físico adequado para receber grande número de crianças, a SERTE passou a limitar o atendimento à faixa etária de 0 à 6 anos e a abrigar no máximo 15 crianças de cada vez.

Percebemos nessas medidas uma espécie de antecipação ao Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, embora determinada por problemas de ordem econômica, quando este prevê em seu artigo 92 inciso III, que o atendimento nas entidades de abrigo deve ser personalizado e em pequenos grupos.

Com a aprovação desse Estatuto, a SERTE passa a ser caracterizada, como uma entidade de abrigo com caráter de lar transitório, onde a criança

permanece preferencialmente por um curto período de tempo até poder retornar para sua família de origem ou ser colocada em família substituta.

Destacamos ainda que as causas mais freqüentes que leva crianças a serem abrigadas na SERTE são em sua maioria provocadas por dificuldades financeiras, maus-tratos, abandono e separação dos pais, o que, mais uma vez, vem reforçar os dados do relatório da CEJA apresentados no capítulo anterior.

De 1990 para cá não houve nenhuma mudança concreta e imediata provocada pela aprovação do Estatuto, até mesmo porque em vários aspectos o atendimento prestado pela SERTE já contemplava essa lei, como nos casos do atendimento em pequenos grupos e da participação na vida da comunidade local através da escola, postos de saúde, e outras.

Porém, ha algum tempo vêm sendo realizado um esforço para que outras medidas previstas no Estatuto passem também a fazer parte do cotidiano da instituição. Foram realizados encontros e reuniões para a discussão desse assunto, que culminou na elaboração de um projeto pela vice-presidencia de assuntos educacionais.

Este projeto prevê a criação de um “*grupo de apoio*”, formado por funcionários e voluntários da SERTE e que terão por objetivo desenvolver uma ação junto à família das crianças abrigadas, no sentido de garantir a esta o direito de viver em ambiente familiar, seja junto à sua família biológica ou, esgotados todos os recursos, junto a uma família substituta (Anexo 1).

O projeto já foi encaminhado à presidência da SERTE e aguarda análise e avaliação para poder ser operacionalizado.

Cabe-nos agora, fazer uma breve apresentação das principais características do Lar das Crianças, no que se refere ao seu aspecto físico, a questão dos recursos humanos e o cotidiano das crianças na entidade, o que possibilitará uma visão mais ampla sobre a instituição e sobre os serviços oferecidos.

Características do Espaço Físico

O Lar das Crianças, possui 06 quartos que estão sendo utilizados atualmente (outros permanecem fechados) , 06 banheiros, copa e cozinha, salas de televisão e de recreação, sala de medicamentos, depósitos de roupas, brinquedos, alimentos e lavanderia. Todas as peças são amplas e bem iluminadas. As paredes do corredor e das salas de televisão são pintados com desenhos de personagens de histórias em quadrinhos.

É importante destacar que nos dormitórios existem camas, berços e armários, porém nem toda a criança tem seu armário e roupas próprias. A divisão das roupas é feita da seguinte maneira: elas são divididas por tamanho e as crianças que vestem o mesmo número usam as roupas que estão guardadas em um único local, portanto, usam as mesmas roupas. No entanto, quando as roupas são presente de alguma pessoa (familiares, visitas etc) para uma determinada criança, ela é guardada e utilizada somente por essa criança, geralmente nos dias de alguma festividade.

Da mesma maneira são tratados os brinquedos. Isso vai impedir que a criança conquiste o seu espaço subjetivo e a sua individualidade, como já afirmamos no 1º capítulo, pois se mesmo dentro da própria família uma criança não gosta que usem suas roupas ou brinquedos sem permissão, pode-se imaginar como ela se sente dentro de uma instituição onde tudo tem que ser dividido e compartilhado com as demais crianças que ali estiverem.

Já as crianças maiores e os adolescentes, por vestirem números diferentes, possuem em seus quartos um armário próprio onde guardam suas roupas e objetos pessoais.

O Lar das Crianças possui ainda uma parte externa relativamente grande onde há um pequeno parque para as crianças brincarem ao ar livre, principalmente nos dias de sol e calor.

Recursos Humanos

Existem hoje 10 funcionários trabalhando diretamente no Lar das Crianças: 4 plantonistas noturnos, 4 monitoras, uma diretora e uma faxineira. A assistente social da SERTE desenvolve seu trabalho junto aos idosos e às crianças, sendo que seu papel na instituição será abordado posteriormente.

Durante o dia ficam “na casa” a diretora (durante todo o dia), 4 monitoras que trabalham por um período de 6 horas e meia, ou seja, ficam 2 pela manhã e 2 no período da tarde, além da faxineira que é responsável por toda a limpeza. Durante a noite ficam 2 pessoas responsáveis pelo plantão, sendo que há um revezamento das plantonistas a cada noite.

Aqui observa-se concretamente o que Bárbara Tizard quis dizer com o fenômeno das “*múltiplas mães*”, a que já nos referimos anteriormente. Podemos constatar a grande rotatividade que existe entre as funcionárias da instituição e até mesmo o rodízio que é feito durante o dia, o que vai, segundo a autora, prejudicar o desenvolvimento afetivo da criança.

As funções são distribuídas da seguinte forma: a diretora é responsável por toda a administração do Lar, pelo controle dos cartões de ponto dos funcionários, e de cuidar de toda a parte dos medicamentos, pois é atendente de enfermagem. É ela também que tem um maior contato com as crianças, pois trabalha todos os dias em período integral.

Cabe às monitoras todo o restante do trabalho, ou seja, são elas que dão banho nas crianças, trocam as fraldas, lavam as roupas, passam, cozinham e atendem as crianças. Com todo esse trabalho e contando que ficam somente 2 por período, constatamos que fica realmente difícil dar uma maior atenção as crianças e até mesmo leva-las para brincar no parque.

Nos finais de semana a situação ainda é pior, pois além de todo esse trabalho e de estarem todas as crianças em “*casa*”, as monitoras também ficam responsáveis pela faxina (a faxineira não trabalha) e pelo atendimento às visitas que chegam na instituição.

Convém ainda ressaltar na questão dos recursos humanos, a importância e a relevância do trabalho de algumas pessoas que não fazem parte do quadro de funcionários, mas que atuam e tem um papel de destaque junto às crianças, que são as voluntárias da SERTE, que durante vários anos têm se preocupado e trabalhado por uma infância mais digna para nossas crianças.

O Cotidiano das Crianças no Abrigo

As crianças acordam por volta das 07h 00 da manhã, com exceção dos bebês que dormem até mais tarde. Levantam, trocam de roupa, fazem a higiene e tomam o café da manhã. Após o café, as que tem entre 2 e 6 anos vão para o Educandário da SERTE onde permanecem das 08h 00 às 17h 00, inclusive durante as refeições. No educandário elas convivem com as demais crianças da comunidade e já iniciam o processo de alfabetização de acordo com a idade. Também são realizadas atividades físicas, passeios e brincadeiras além de aulas expositivas e de cunho pedagógico.

As crianças que tem de 0 à 2 anos permanecem o dia todo na instituição, geralmente na sala de recreação onde existem jogos e brinquedo. E aquelas que ultrapassam os 6 anos, saem do Educandário e passam a freqüentar o curso primário na Escola da Cachoeira do Bom Jesus.

Tanto no Educandário como na Escola da Cachoeira, elas mantêm contato direto com as crianças da comunidade local, o que permite um maior envolvimento com a vida dessa mesma comunidade, conforme está previsto no artigo 92 do Estatuto, evitando, desta forma, que elas sejam submetidas a um regime de isolamento e segregação.

Às 17h 00 elas retornam ao Lar das Crianças, tomam banho e o jantar é servido por volta das 17h 45min Após as refeições elas podem brincar, assistir televisão, fazer os deveres da escola ou qualquer atividade de seu interesse. Às 22h 00 é servido um lanche para aquelas que estiverem acordadas e mamadeira para os menores.

Esta rotina estabelecida está longe de se assemelhar a de um quartel, como era característico de grandes instituições de atendimento à criança no passado. O que se procura é que esse cotidiano seja o mais parecido possível com o dia-a-dia em uma casa comum, onde as crianças possam dispor de liberdade para se desenvolver, tentando evitar de todas as formas um atendimento massificador e opressor.

É certo que a instituição possui regras e normas que devem ser seguidas e mais uma vez repetimos a correta afirmação de Sêda (1993, p. 41) de que no brigo

as crianças e adolescentes não estão privadas de liberdade mas, como em qualquer outra situação social, estão submetidas ao regulamento, ao regimento da entidade que os acolhe. O abrigo, portanto, vai ser um Lar coletivo organizado sob regras específicas.

2.2 - Experiências Vivenciadas no Lar das Crianças da SERTE

Primeiramente, é importante ressaltar que o Serviço Social tem uma atuação voltada tanto para o trabalho com os idosos, no Lar dos Velhinhos “*Irmão Erasto*”, como para o trabalho junto às crianças, no Lar das Crianças “*Seara da Esperança*”, sendo que atualmente conta com uma assistente social para desempenhar estas funções.

Para efeitos desse estudo, interessa focalizar a atuação do Serviço Social junto ao Lar das Crianças. Cabe ao assistente social neste caso, acompanhar o desenvolvimento da criança dentro da própria instituição, na escola e em outras atividades que são realizadas externamente, participando na organização de festas comemorativas como Natal, Páscoa e outras.

Como as crianças são encaminhadas pelo Juizado da Infância e da Juventude, não existe um contato direto com a família que só é feito durante as visitas que são feitas à SERTE ou quando solicitado por alguma das partes. É feito também um contato permanente com o Juizado para repassar informações e acompanhar a situação judicial da criança.

É importante ressaltar que não existe por parte do Serviço Social assim como da instituição em seu aspecto mais amplo, uma ação voltada para a manutenção dos vínculos entre a criança e sua família e, nem existe um trabalho específico de colocação familiar, sendo que este último é realizado diretamente no juizado.

Foi dentro deste contexto que se desenvolveu durante um ano nossa prática de estágio nesta instituição. Durante este período atuamos paralelamente com idosos e crianças, sendo que optamos por questões relativas à infância para a realização deste trabalho, por ser essa a área de nosso maior interesse e a que adquirimos um maior conhecimento através da participação em vários seminários e palestras sobre o temas que ocorreram ao longo do curso de Serviço Social.

O estágio iniciou no dia 1º de agosto de 1993 e desde o início procuramos estar em permanente contato com as crianças que ali estavam. Tivemos a oportunidade de acompanhar diversos casos que incluíram a chegada de novas crianças, algumas adoções e vários retornos para a família de origem. Destes acontecimentos vivenciados no estágio, selecionamos dois que representam a trajetória na maioria das crianças que passam pela SERTE, ou seja, chegam a

instituição, permanecem por um determinado período de tempo (que varia conforme a história de cada criança) e depois voltam a conviver em família, seja a família biológica ou substituta.

O Serviço Social desempenha um papel coadjuvante no processo de colocação familiar cabendo ao Juizado da Infância e da Juventude desencadear o processo. As ilustrações que se seguem evidenciam esse papel, bem como o abandono progressivo da família ou a retomada do vínculo por um dos pais e a incessante busca da criança por uma referência familiar.

1º Caso

Desde o início do estágio o comportamento de uma menina nos chamou a atenção. Já no primeiro dia quando fomos até o Lar das Crianças, essa menina de nome* Isabela veio correndo até nós e perguntou se não queríamos levá-la para casa, pois ela queria ser nossa filha. Esse comportamento se repetiu por diversas vezes, a cada encontro que tínhamos ela perguntava: - *“Tia, quer ser minha mãe?”* - *“me leva para tua casa?”* Ela sempre demonstrou uma vontade e uma ansiedade muito grande para ser adotada ao contrário de sua irmã, Patrícia, que também se encontrava na SERTE e que se retraía a cada aproximação com pessoas estranhas ou casais interessados em adoção.

Isabela e Patricia chegaram a SERTE no dia 01/03/1991. Elas moravam em Manacapuru - Amazonas e estavam há 2 meses viajando de cidade em cidade em companhia do pai, até chegarem aqui em Florianópolis. Os pais viveram juntos durante 7 anos e desta união tiveram 3 filhos: Isabela, Patrícia e Camila (essas últimas são gêmeas). Eles estavam separados há 9 meses, sendo que sua esposa ficou com Camila e foi embora para Fortaleza enquanto ele saiu viajando sem destino com Isabela e Patrícia. Um dos motivos alegados para a separação do casal é que a esposa era alcoólatra e quando bebia batia muito em Isabela, e por esse motivo a filha não gostava da mãe.

Segundo relatórios arquivados na SERTE, as meninas chegaram na SERTE em péssimas condições de higiene e Patrícia tinha, inclusive, feridas no rosto, no ouvido e apresentava diarreia, que de acordo com o pai foram causadas pelo excesso de sol. Ele disse que veio para Florianópolis *“tentar a felicidade”* e que as

* Para efeito de sigilo todos os nomes das crianças que aparecem neste trabalho são fictícios

viagens e a ajuda que receberam durante esses 2 meses de viagem só foram possíveis porque levava suas filhas consigo, pois todos se sensibilizam e não deixam de ajudar um pai em dificuldades. Ele usava, desta forma, as duas filhas como uma forma de conseguir comida, passagens e local para dormir e descansar, pois se ele estivesse sozinho teria que trabalhar e as dificuldades seriam maiores.

As crianças foram, então, encaminhadas para a SERTE e contavam na época com 4 anos (Isabela) e 1 ano (Patrícia). Elas ficariam ali em caráter provisório até que o pai conseguisse um emprego e um local para morar.

Após alguns dias, o pai das crianças procurou o Juizado dizendo que não havia conseguido emprego e que decidiu ir para o Rio de Janeiro onde possuía alguns familiares. Conseguiu as passagens para ele e as filhas através da AFLOU.

No dia da viagem, os comissários do Juizado foram até a SERTE buscar as crianças para levá-las junto com o pai até a rodoviária. Chegando lá, o pai recusou-se a pegar o ônibus pois havia encontrado uma companheira no albergue noturno e ela não possuía passagem para viajar com eles, perdendo, assim, o ônibus para o Rio de Janeiro. A pessoa que ele apresenta como companheira também não tinha emprego nem residência fixa e eles haviam se conhecido há poucos dias.

As crianças foram novamente encaminhadas á SERTE. Nos primeiros meses o pai costumava visita-las e telefonava com freqüência, demonstrando interesse e afeição pelas meninas. O último contato com ele foi no dia 12/07/91 através de um telefonema e após esta data não se obteve mais nenhuma notícia.

As meninas permaneceram desde então na SERTE, onde sempre tiveram um bom relacionamento com funcionários e demais crianças do Lar. Elas freqüentavam o Educandário, sendo que Isabela em 1994 passou para a escola da Cachoeira onde cursava a 1 série.

Algum tempo depois de ter iniciado o estágio, recebemos na SERTE a visita de um casal espanhol que queria conhecer as meninas, pois tinham um casal de amigos na Espanha que estavam interessados em adotá-las. Estabelecido o contato entre o casal e as meninas, estes concluíram que buscavam crianças de pele mais clara do que a das irmãs, devido aos problemas étnicos que vem ocorrendo na Europa.

A permanência na instituição se prolongava e Isabela chegou a afirmar, em meio a uma conversa, que não desejava crescer senão ninguém a adotaria.

Um novo casal de estrangeiros, desta vez franceses, foi encaminhado a instituição pelo Juizado. A estagiária participou ativamente do processo de aproximação do casal com as crianças observando que estabeleceu-se um vínculo afetivo desde o primeiro encontro tanto por parte das crianças quanto do casal. Estes últimos já vinham se preparando para a adoção através da participação em um grupo para pais adotivos na França. Autorizado pelo Juizado o estágio de convivência entre o casal e as crianças, coube ao Serviço Social juntamente com a diretora do Lar das Crianças informá-los sobre hábitos e costumes das crianças. Concluiu-se também que se respeitaria a vontade das crianças em relação a aproximação com os futuros pais. Passados alguns dias fora da instituição, uma viagem de 15 dias a outro Estado e finalmente a sentença de adoção que lhes permitiu deixar o país.

A SERTE já recebeu notícia, através de cartas, onde o casal conta que as meninas estão muito bem e felizes, que já começam a falar francês e já têm alguns amigos.

Convém ressaltar que a adoção internacional é uma medida excepcional, sendo que, se houverem casais nacionais e estrangeiros interessados na adoção de uma criança, a preferência será dada aos brasileiros

Segundo Moraes (199 p: 26).

“a adoção, na Política de Atendimento a nossas crianças e adolescentes, é tratada como excepcional, sendo priorizados todos os esforços para que essa população permaneça com o seu grupo de origem e na sua comunidade. Portanto, a adoção internacional deve ser vista como uma regra excepcionalíssima e casuística”.

É importante destacar também que o Estatuto da Criança e do Adolescente (art.92, v) apresenta como um dos princípios que deverão ser adotados pelas entidades que desenvolvem programas de abrigo, o “*não desmembramento de grupo de irmãos*”, ou seja, se existem na instituição dois ou mais irmãos para colocação em família substituta, eles não podem ser separados, devendo somente ser adotados pelo mesmo casal e, excepcionalmente, por pessoas de uma mesma família.

2º Caso

Ana e Pedro chegaram no Lar da Crianças da SERTE no dia 20/01/93 encaminhados pelo Juizado de Menores da Capital, e contavam com 5 anos e 2 anos respectivamente. Os pais estavam separados há 4 anos, e eles ficaram sob os cuidados da mãe, faxineira, que segundo relatório enviado à instituição pelo Juizado, era alcoólatra e descuidava dos afazeres domésticos e da educação dos filhos.

De acordo com o depoimento do ex-marido, quando ela bebia deixava as crianças até tarde da noite na rua sem dar sequer alimentação e, muitas vezes quando saía para fazer faxina deixava as mesmas trancadas sozinhas dentro de casa.

Como o pai estava desempregado e não possuía condições de ficar com os filhos, eles foram encaminhados a SERTE. Durante todo o período que permaneceram na instituição o pai realizou visitas constantes, sempre se mostrando preocupado com a situação das crianças e demonstrando vontade em levá-las para morar com ele, porém a sua condição de desempregado não permitia que isso se realizasse.

Durante as visitas, as crianças sempre demonstraram muito carinho e admiração pelo pai, e este por elas. A mãe em todo esse tempo, visitou-as somente 2 vezes, sendo que as crianças não demonstravam afeto e ficavam inseguras na sua presença, evitando inclusive uma maior aproximação.

Os dois freqüentavam o Educandário, sendo que, no ano seguinte Ana passou a cursar a 1ª série primária na escola da comunidade juntamente com Isabela.

O tempo já passando e com ele o comportamento das crianças com relação ao pai foi se modificando. Em cada visita realizada, o pai fazia promessas que as levaria com ele e criava expectativas que nunca se concretizavam. As crianças foram então ficando revoltadas com essa situação, principalmente Ana, talvez por ser mais velha e entender melhor o que estava acontecendo.

Os vínculos afetivos que existiam entre eles, foram desta forma desaparecendo e as crianças passaram a tratar o pai com total indiferença. Não queriam mais falar com ele por telefone e quando ele visitava a instituição, o tratavam como se fosse um visitante qualquer. O desânimo e a revolta de Ana aumentaram ainda mais quando Isabela, que era sua amiga inseparável, foi adotada e

saiu da SERTE. Por diversas vezes ela manifestou a vontade de também ser adotada, o que deixa claro a necessidade e a falta que ela sentia de ter uma família.

Percebendo que estava perdendo seus filhos, o pai procurou a SERTE dizendo que havia encontrado um emprego onde já estava trabalhando há algum tempo e que já tinha condições de ajudar no sustento dos filhos. Ele conversou com sua mãe, que aceitou que os netos fossem morar com ela. Foi feita então uma visita domiciliar a essa senhora na presença do pai das crianças.

A visita foi realizada pela assistente social da SERTE e pela estagiária, juntamente com a assistente social do Juizado de Menores da Capital. Nesta visita, a avó revelou que sempre teve vontade de cuidar das crianças, mas por falta de condições e medo da mãe deles, cuidou apenas do mais velho, que tem 12 anos. Disse que no início a mãe bebia muito e ia até sua casa fazer ameaças dizendo que levaria as crianças embora e nunca mais as traria de volta. Falou que fazia bastante tempo que ela não aparecia e este foi um dos motivos que levou-a a aceitar que os outros também passassem a morar com ela.

O pai, até aquele momento, morava em uma pensão no centro de Florianópolis, mas garantiu que quando os filhos fossem para a casa de sua mãe ele as visitaria freqüentemente e que passaria todo o final de semana junto.

Outra questão de extrema importância levantada durante a visita foi a questão relativa à educação, pois as duas crianças já freqüentavam a escola e seria fundamental dar continuidade aos estudos. A família também se mostrou preocupada e sensibilizada com essa situação, afirmando que havia um colégio onde eles poderiam estudar a duas quadras da casa e que quanto a isso não havia com o que se preocupar.

Realizada visita domiciliar foi constatada a existência de condições materiais favoráveis ao desenvolvimento das crianças.

Após cerca de 20 dias saiu a decisão judicial e finalmente as crianças voltaram a ter direito a uma casa e uma família, após permanecerem por mais de um ano dentro da instituição.

Mas, infelizmente, a nem todas as crianças é dada essa oportunidade de ter uma família e estas passam, então a ver na instituição o seu único lar e a

confundir a história desta instituição com a sua própria história de vida. É sobre elas que passaremos a falar e elas próprias darão seu depoimento a seguir.

2.3 - Institucionalização e Seus Efeitos no Desenvolvimento e nas Relações Sociais e Afetivas das Crianças e Adolescentes: A Reconstrução das Histórias de Marcelo e Júlia.

Serão abordadas a partir desse momento, questões referentes àquelas crianças - hoje já adolescentes ou entrando na adolescência - que podem ser consideradas como “*institucionalizadas*”, pois já estão há vários anos vivendo dentro de uma instituição e para quem as chances de voltar a conviver em uma família estão cada vez mais remotas.

Para esse fim, serão apresentados dois casos, o de Júlia e o de Marcelo, por serem eles os “*moradores mais antigos*” do Lar das Crianças da SERTE. Pouco antes da finalização deste trabalho, Marcelo foi transferido para uma Casa-Lar no estreito, como ficará explícito no decorrer deste capítulo.

Para que os objetivos desse trabalho fossem atingidos, a entrevista foi utilizada como principal instrumento de obtenção e coleta de dados, sendo que a técnica empregada foi a usada em História Oral. Como destaca Corrêa (1978, p. 14) “*a História Oral é essencialmente uma história de vida, que ao historiador ou ao pesquisador interessa somente aquela determinada pessoa que presta informações, pois só ela tem condições para tal, por suas experiências*”.

As entrevistas com Júlia e Marcelo foram gravadas (com a autorização dos entrevistados) e não tiveram tempo pré-determinado de duração. Não houve a utilização de um questionário previamente elaborado, pois desta forma poderia limitar o entrevistador, sendo usado apenas um roteiro preparado antecipadamente (ANEXO 2 e 3) para que os assuntos abordados na entrevista não se deslocassem muito das linhas previstas, pois objetiva-se neste trabalho mais a qualidade e a profundidade do que a quantidade das informações fornecidas.

Por estar baseada no depoimento e na memória do entrevistado, a História Oral está sujeita à críticas a respeito da validade dos dados que ela obtém.

Haguette (1987, p. 94) afirma que:

“não há dúvida de que estas críticas são pertinentes, e que representam reais limitações para a História Oral, mas é importante notar que elas não são privilégios da

História Oral. O componente ideológico permeia todo tipo de informação coletada, seja através da História Oral, da história de vida, da entrevista ou da observação participante”

Porém, é importante ressaltar que quando obedecido o rigor científico, todas contribuem com uma parcela na produção da ciência.

Além da entrevista, o procedimento metodológico foi também composto de pesquisa documental, que envolveu toda a documentação referente às crianças e adolescentes abrigados na SERTE e consulta a relatórios de entrevista e visitas domiciliares, além de contatos com pessoas que de alguma forma puderam contribuir para o aprofundamento das questões relacionadas a este trabalho.

Neste item será feita, em primeiro lugar, uma apresentação das histórias de Marcelo e Júlia, de como chegaram à SERTE e alguns aspectos de seus desenvolvimentos dentro da instituição, para logo em seguida passar a uma reflexão acerca de categorias (sendo que duas foram determinadas a priori e duas emergiram do próprio depoimento dos dois entrevistados), com o objetivo de conhecer e contextualizar a realidade vivida por eles e a forma pela qual a situação de abandono e a institucionalização em que se encontram interferiu em suas maneiras de ser, pensar e se relacionar com as outras pessoas. As categorias que serão abordadas neste trabalho são: lembranças da vida em família, enfraquecimento dos vínculos afetivos, relações interpessoais e perspectivas para o futuro.

A VIDA DE MARCELO

Marcelo é um menino de 12 anos , é de cor negra e foi internado na SERTE em abril de 1984, com 1 ano e 7 meses de idade. Ele foi abandonado no Hospital Universitário em fevereiro do mesmo ano, com um quadro sério de desnutrição de 3º grau, problemas dermatológicos, desidratação severa, síndrome diarréica crônica, déficit neuropsicomotor e seqüela de fratura no fêmur direito.

O caso foi levado ao conhecimento do Juizado de Menores da Capital e através do serviço social deste órgão, constatou-se que a criança era proveniente de família totalmente desestruturada, em condições precárias de moradia e higiene, onde sofria maus-tratos e agressões físicas.

Quando a assistente social do Juizado foi procurar a família, encontrou cinco pessoas adultas completamente embriagadas e sem condições de diálogo, que eram a mãe de Marcelo, o padrasto, a mãe do padrasto, mais dois parentes e uma criança de 4 anos. Um dos vizinhos relatou que o padrasto dava banho no menino ao sol do meio-dia, em tanque sujo e com água parada, na qual afundava-o fazendo-o ingerir a mesma. A mãe freqüentemente se irritava, perdia a paciência com o filho e agredia-o a qualquer manifestação, além de dar-lhe cachaça com água na mamadeira para que dormisse.

Marcelo foi levado ao hospital pelo padrasto que identificou-se como sendo um vizinho, dizendo que não queria comprometer-se, desaparecendo logo em seguida. Dado o quadro de total abandono em que se encontrava e aos problemas de saúde que apresentava, ele permaneceu internado na hospital durante dois meses, sendo então encaminhado à SERTE. Nesta instituição, ele nunca recebeu a visita de nenhum familiar.

Durante o período que passou na SERTE, Marcelo realizou diversas avaliações psicológicas que apresentavam diagnósticos bastante diferenciados entre si, sendo que algumas diagnosticaram um rendimento abaixo da média, compatível com deficiência mental leve, e outros que afirmavam que ele era súper-dotado. O que observou-se é que a sua história de vida resultou em enormes prejuízos no seu desenvolvimento emocional, o que afetou todas as áreas de sua vida: aprendizagem, relacionamento com outras pessoas etc.

No ano de 1990, ele foi matriculado no ensino regular da escola da comunidade, mas seu desenvolvimento foi praticamente nulo. Foi avaliado pela equipe técnica da prefeitura e o teste revelou dificuldades na aprendizagem e na área psicomotora, sendo recomendado que continuasse freqüentando o ensino regular, porém seria necessário um apoio complementar, para auxiliar na aprendizagem. A SERTE, no entanto, não dispõe de pessoal qualificado para esta função.

No primeiro ano de escola Marcelo não aprendeu sequer a ler e a escrever, tendo que repetir a 1ª série no ano seguinte. Até hoje ele já repetiu quatro vezes essa mesma série apresentando um desenvolvimento muito lento, mesmo depois de ter freqüentado por um período o reforço escolar. Segundo avaliação pedagógica, ele é um garoto desatento e irrequieto em sala de aula. É desobediente e

atrapalha o andamento da aula, pois não se interessa e prejudica a atenção dos demais alunos.

No início deste ano ele foi transferido para a escola de Canasvieiras, onde passou a estudar com uma professora que utiliza um método diferente do tradicional, se preocupando mais com um desenvolvimento qualitativo do que quantitativo.

Em reunião realizada em maio na escola (Escola Básica Municipal Osmar Cunha), a professora nos colocou que ele estava apresentando uma sensível melhora tanto dentro da sala de aula, onde tem se mostrado mais interessado, participativo e se esforça para ler, como no pátio, onde não tem sido mais tão violento com os colegas.

Nesta mesma reunião, a professora questionou por que Marcelo não havia participado da festa de dia das mães promovida pela escola, no final de semana anterior. Respondemos que ninguém da instituição tomou conhecimento desta festa e que Marcelo também não havia comunicado ou entregue o convite. A professora comenta então, que achou interessante a atitude do menino quando lhe perguntou o motivo de não ter ido a festa e ele respondeu que não pôde pois estava viajando para um lugar bem longe com a sua mãe.

Percebeu-se através desse comportamento que na ausência de um referencial familiar concreto, ele criou uma “família imaginária”, neste caso representada pela figura da mãe, como será abordado com mais detalhes posteriormente.

Essa busca imaginária do referencial familiar além de ser uma forma de negar a situação de abandono em que se encontra, é uma forma de justificar perante os demais colegas a sua ausência na festa sem ter que admitir essa situação, talvez por vergonha ou por receio de que os outros ficassem rindo dele, como já havia acontecido outras vezes na escola da Cachoeira, onde o fato de não ter uma família fazia com que Marcelo fosse tratado de forma diferenciada pelos colegas.

No dia-a-dia da SERTE, Marcelo é uma criança meiga e carinhosa e se relaciona muito bem com pessoas adultas. Porém, quando está no meio de outras crianças ele procura de todas as formas chamar a atenção para si tornando-se desobediente e “*implicando*” com as demais. Ele é muito esperto e curioso,

comentando tudo o que presencia e faz perguntas sobre tudo o que se possa imaginar. Certa vez chegou-se a comentar que ele devia estar na fase dos por quês, pois tudo ele quer saber, para tudo quer uma explicação, demonstrando-se assim interessado e atento às coisas que o rodeiam. No seu dia-a-dia, ele leva uma vida rotinizada e repetitiva:

No período da manhã, das 07h 30min às 11h 00 ele trabalha no campo da SERTE onde tira leite das vacas, corta capim etc, inclusive nos finais de semana; e de 2ª a 6ª feira após o almoço vai para a escola em Canasvieiras retornando ao Lar às 17h 30min. O horário que ele tem para brincar é no período da noite, logo após o jantar, e conforme ele mesmo afirma as brincadeiras que mais gosta são correr e brincar de carrinho.

Uma das características do comportamento de Marcelo é que quando ele faz algo errado e é chamado para refletir sobre seu ato, costuma baixar a cabeça e não responder. Quando percebe que a conversa é séria ele sempre apresenta essa mesma atitude tanto na SERTE como na escola.

Durante o período que passou na SERTE, surgiram vários casais interessados em adotá-lo, tentou-se inclusive a adoção internacional, mas tal não se concretizou. Talvez o fato de ser de cor negra tenha criado dificuldades para a adoção, pois a adoção inter racial ainda é muito rara de ser observada, o preconceito que existe continua sendo muito forte e quando um casal decide adotar uma criança eles apresentam aquela imagem idealizada de filho: branquinho, loirinho e de preferência de olhos azuis, sem qualquer problema físico ou mental, por menores que sejam.

Foi essa a impressão que tivemos no contato com casais que estiveram na SERTE a fim de adotar uma criança.

De acordo com Allegri (1990, p. 3) as crianças que hoje são declaradas adotáveis não são mais as crianças idealizadas. Existem crianças deficientes, grandes, carentes em várias áreas de seu desenvolvimento. É necessário abrir um debate aprofundando sobre o problema das adoções “*difíceis*”, seja a nível técnico, seja a nível social.

Há pouco tempo atrás estivemos na CEJA (Comissão Estadual Judiciária de Adoção) que é responsável por adoções internacionais, e nos perguntaram se era

na SERTE que estava abrigado um menino de 12 anos, pois havia um casal estrangeiro interessado em adotar uma criança com essa idade. Respondemos afirmativamente e questionamos se o referido casal tinha alguma restrição quanto à cor da criança e a resposta foi que ela deveria ser branca. Essa questão racial juntamente com os problemas apresentados no seu desenvolvimento decorrentes de sua história de vida, fizeram com que Marcelo não tivesse a oportunidade de conviver em uma família, sendo a SERTE sua única família.

Houve uma criança interna na SERTE pela qual ele criou um vínculo afetivo muito grande e, quando este se desligou do lar, Marcelo sentiu muito a separação e, no depoimento que ele nos deu, após ter contado que esse menino, o Luiz era muito seu amigo e que agora estava morando com a mãe dele, perguntamos se ele sentia sua falta e ele abaixou a cabeça e respondeu em um tom de tristeza: “-*tenho, mas agora, agora que ele já se foi...*”. Ele falou isso como que dizendo: do que vai adiantar eu sentir saudade dele se ele está lá na casa da mãe e eu continuo aqui? Eles eram realmente muito amigos, talvez por serem da mesma idade e terem a mesma cor de pele. Marcelo costumava dizer que ele era seu irmão.

Sua necessidade de um vínculo familiar leva-o a chamar a diretora do lar de mãe e a Júlia de irmã, pois esta última convive com ele há vários anos e se encontra nas mesmas condições que ele, ou seja, de abandono familiar e sem perspectivas de adoção.

De uns tempos para cá, particularmente neste ano, Marcelo começou a apresentar um desenvolvimento muito rápido e conturbado de sua sexualidade e de uma forma bastante precoce.

Por várias vezes ele foi pego “*brincando*” com as meninas do lar e até mesmo distribuindo balas para que elas fossem até seu quarto, onde tocava em seus órgãos sexuais. Foi tentado conversar com ele, explicar por que essa situação estava errada e não poderia se repetir, mas de nada adiantou. Como a situação estava se agravando e o assédio às meninas estava se tornando mais freqüente, se fez necessário transferir Marcelo da casa das crianças para um quarto do Lar dos Velhinhos, antes que algo mais sério acontecesse. Essa medida foi tomada em outubro de 1994.

Neste mesmo mês, após muita insistência da SERTE e várias tentativas através do Juizado, conseguiu-se uma vaga para o menino na Casa-Lar, no Estreito.

No dia em que foi levado a conhecer o local, Marcelo já não quis retornar à SERTE, preferindo ali permanecer. Nesta casa-lar ele passou a conviver com mais 12 meninos da sua idade e algumas com a mesma cor de pele, o que talvez tenha facilitado o entrosamento dele com o local e com os demais meninos.

A Casa-Lar é um abrigo de permanência mais prolongada e se destina

“tanto a crianças ou adolescentes que, tendo passado por um abrigo de permanência breve, não possuem condições favoráveis à integração familiar a curto prazo; quanto para crianças órfãs e/ou abandonadas que por diversos motivos não conseguiram ainda ser colocadas numa família substituta”. (CBIA, 1993, p. 32)

Desde o dia em que foi para a nova casa, tem se mantido contato quase que diário entre a SERTE (assistente social, diretora do Lar das Crianças etc) e ele, pois existe uma preocupação muito grande em manter os vínculos entre Marcelo e a instituição, visto ter sido esta a sua única casa até então e as pessoas que o cercavam - funcionários, voluntários e crianças - sua única família.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 92 apresente como um dos princípios: *“evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados”*, entendemos que esta medida além de ser extremamente necessária neste caso, irá beneficiar o desenvolvimento de Marcelo, pois assim poderá conviver com crianças da sua idade enquanto que na SERTE, por ser atendimento limitado de 0 à 6 anos a única amizade que tinha era com Júlia, por ela ser a única com mais idade. Além disso, ele passará a freqüentar a escola local e terá responsabilidade dentro da casa, como arrumar sua cama, ajudar na limpeza e até ajudar na cozinha nos finais de semana quando a cozinheira não trabalha, o que fará com que aos poucos ele vá adquirindo mais independência e uma relativa autonomia.

A VIDA DE JÚLIA

Júlia nasceu no ano de 1974, portanto, conta hoje com 20 anos de idade. De acordo com relatórios obtidos na SERTE, o pai de Júlia faleceu quando ela tinha 6 anos e sua mãe passou a viver com outro homem. Dos três filhos da primeira união, dois foram encaminhados à SERTE e posteriormente colocados em família substituta, ficando apenas Júlia sob a responsabilidade da mãe. Segundo informações obtidas de uma tia, ela sofria constantes agressões físicas e maus-tratos por parte do casal.

Quando Júlia tinha aproximadamente 10 anos de idade presenciou a morte de sua mãe, que foi atropelada por um caminhão e, segundo um dos relatórios existentes na SERTE, em circunstâncias não bem esclarecidas, havendo suspeitas de que ela tenha se suicidado. Ela passou então, a morar com o padrasto, até que este a estuprou. De acordo com o depoimento de Júlia, os estupros já aconteciam antes da morte da mãe, mas como tinha medo da reação desta e do padrasto, nunca contou para ninguém, como ficará detalhado posteriormente.

Após comprovado o estupro, ela foi colocada sob a guarda da avó materna, mas nessa convivência que teve com os avós e mais quatro tios, continuou a receber maus-tratos e agressões físicas, sendo que por esse motivo fugiu por duas vezes da casa indo refugiar-se em uma fazenda vizinha.

Informado da situação irregular da menina, o delegado da Comarca de Antônio Carlos recolheu-a e levou-a para a delegacia. Ela se encontrava em péssimas condições de higiene, com problemas de escabiose, pediculose e bicho-de-pé. Ali permaneceu durante 5 dias, enquanto aguardava providências judiciais. Posteriormente, Júlia foi encaminhada através do juizado de Direito de Biguaçu ao Recolhimento Provisório de Menores, para ser submetida a estudo sócio-familiar pela Equipe Técnica do Programa de Triagem, Diagnóstico e Acompanhamento.

Através de contato realizado pela equipe técnica deste programa com a professora da escola local, esta afirma ter sido testemunha dos maus-tratos a que a menina era submetida, bem como do uso excessivo e incontrolado de bebidas alcoólicas por parte da família. Essas afirmações foram também confirmadas por mais duas pessoas da comunidade e uma tia paterna.

Foram feitas algumas tentativas para assegurar que Júlia permanecesse junto a membros de sua família, porém essas não se concretizaram pelos mais diversos motivos. Em fevereiro de 1987 ela foi encaminhada à SERTE através do Juizado de Direito de Biguaçu, onde permanecia provisoriamente até que se conseguisse uma vaga no Lar São José, o que não aconteceu. Na SERTE, Júlia passou a freqüentar a escola da comunidade no período vespertino e duas vezes por semana no período da manhã freqüentava a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), pois através de testes realizados foi constatado que ela apresenta deficiência mental leve à moderada. Em novembro desse mesmo ano ela viajou para Joinville, com autorização do Juiz, onde participou da 1ª Olimpíada Catarinense das APAE'S, tirando o 2ª lugar na corrida.

Na escola ela sempre apresentou muita dificuldade de aprendizagem e através de avaliação com uma psicóloga foi sugerido uma escola especial para poder desenvolver melhor os estudos, como a que existe no Colégio Coração de Jesus, mas devido as dificuldades da SERTE e o fato do Colégio ser particular e se localizar no centro da cidade, essa medida não foi possível de ser tomada.

Apesar dos problemas de aprendizagem, Júlia sempre foi muito esforçada e dedicada e demonstra grande vontade de aprender as coisas. Porém em agosto de 1993 foi decidido que ela sairia definitivamente da escola, pois ela estava sofrendo muito com o fato de não conseguir acompanhar os colegas e que estes que lhe provocavam constantemente.

Por algumas ocasiões Júlia fugiu do Lar das Crianças da SERTE, sendo encontrada mais tarde geralmente no meio do mato. Em uma dessas ocasiões ela chegou a passar a noite toda fora do Lar, no mato, enrolada apenas em um cobertor.

O motivo alegado por ela é o desentendimento com funcionários, sendo que a última fuga, em julho de 1993, foi motivada por medo de uma das monitoras, pois havia presenciado a mesma batendo em uma das crianças, sofrendo, então, represálias por parte dela. Em virtude desse ato a funcionária foi posteriormente demitida.

Durante todo esse tempo, foram feitos novos esforços para aproxima-la de seus familiares, porém estes não atingiram os resultados esperados.

Constatada a impossibilidade de permanecer junto à pessoas de sua família, a colocação em família substituta se apresentou como algo praticamente impossível de ser concretizado, pois quando Júlia chegou à SERTE já estava com 12 anos, idade esta que geralmente inviabiliza qualquer adoção, pois como já foi visto, quanto menor a criança mais fácil de ser adotada e à medida que os anos vão passando essa chance se torna cada vez mais remota. Neste caso específico, a situação ainda foi agravada pelo fato dela possuir um leve retardamento mental. Esse dois fatores, entre outros, determinaram a sua permanência na SERTE até os dias de hoje.

Júlia apresenta um bom relacionamento com os funcionários e demais crianças do Lar, sendo muito carinhosa e prestativa. Atualmente ela colabora em atividades da SERTE na cozinha, limpeza e no atendimento às crianças. Duas vezes por semana participa de aulas de trabalhos manuais juntamente com diversas pessoas da comunidade. Ela demonstra grande vontade e necessidade em ter uma família, uma referência familiar, pois a sua história é marcada por sucessivas perdas e vivências em ambientes familiares inadequados, onde além de não receber demonstrações de ordem afetiva, ainda era submetida a maus-tratos e agressões físicas.

LEMBRANÇAS DA VIDA EM FAMÍLIA

A questão da vida em família é um ponto muito importante para as crianças institucionalizadas. Ela vai representar o ponto principal de apoio e referência, mesmo para aquelas que muito pouco desfrutaram desse convívio, como no caso do menino Marcelo que foi abandonado ainda muito pequeno e de Júlia que embora tenha passado alguns anos junto à sua família, relata que essa experiência foi, por muitas vezes, dolorosa e traumática.

A pergunta que se colocou para os dois jovens foi a seguinte: “quais as lembranças que você tem de sua infância?”

Durante o seu relato, Marcelo por diversas vezes se refere à sua família, como nos seguintes trechos:

M: - *“Eu gostava de brincar de bicicleta, mas minha mãe não me deixava. Eu morava longe, nem sei mais onde era”.*

E: - “Você gostaria que alguma coisa tivesse sido diferente na tua vida?”

M: - *“Qualquer coisa diferente? Ah, eu queria ir embora com a minha mãe, ia mudar minha vida”.*

E: - “Quais são as lembranças boas que você tem de sua vida?”

M: - *“Quando meu pai não foi embora, quando meu pai não me deixou, daí eu não fiquei triste, mas depois que ele se mandou lá pro Paraguai, lá pro Japão, ele e minha mãe”.*

E: - “E quais as lembranças ruins que você tem de sua vida?”

M: - *“Lembrança ruim é quando eles me deixaram, depois me botaram aqui só para eu sofrer”.*

E: - “Por que você acha isso?”

M: - *“Vou saber! Acho que eles eram fugidos, acho que eles quiseram é fugir do mundo”.*

E: - “Você tem algum sonho na sua vida?”

M: - *“Sonho? Ah, um monte de coisa que eu acho bonita. Que a minha mãe me leve para passear no Shopping”.*

Durante a entrevista e também ao seu final, ele por diversas vezes se referiu ao pai, dizendo que este lhe daria um gravador igual ao que estava sendo

usado para gravar a conversa, lhe daria um carrinho novo, entre outras coisas. Como já foi visto, Marcelo foi abandonado muito pequeno e durante o tempo que permaneceu na instituição nunca recebeu a visita de pessoas da família, portanto, não possui qualquer referência familiar.

Altoé (1993, p. 92) afirma através de seus estudos que

“para aqueles que não tem qualquer referência do grupo familiar, se evidencia uma busca imaginária deste referencial. Isto se expressa através da afirmação da existência dos pais e a volta à casa quando, na verdade, sabem que foram abandonados no internato desde pequenos. A criação da família imaginária nos pareceu ser um intento de lidar com o sentimento doloroso do abandono, tentar nega-lo”.

A mesma autora afirma que através da busca da família, o indivíduo está buscando suas referências, sua origem, pois dentro do internato ele é privado muitas vezes dessas referências familiares, que são consideradas apenas para interesses burocráticos, sendo que os dados são mantidos inacansáveis nos prontuários.

Já o relato de Júlia vai ser diferente, pois ela lembra, certas vezes até com requinte de detalhes, de passagens que marcaram a sua infância, tanto no período que morou com sua mãe, como de quando foi morar com a tia, até sua chegada na SERTE.

Sem dúvida, os dois fatos que mais marcaram essa época de sua vida foram: ter presenciado a morte da mãe e a violência a que foi submetida por diversas vezes. Sobre o primeiro ela comenta: “Minha mãe morreu num acidente de carro. Eu estava junto com ela. Aí depois ela pegou um tamanco bem alto, com saco de roupa, aí eu peguei e falei assim: Mãe, olha o carro! Aí eu peguei a mão da mãe assim, eu atravessei e ela ficou atravessando ainda, aí ela foi atropelada pelo carro”.

Com relação ao seu relacionamento com as pessoas com quem morava quando era pequena, ela relata:

J: - “Eu gostava da minha mãe, mas não do meu padrasto”.

E: - “Por que?”

J: - *"Porque não. Eu não gostava do meu padrasto. Ele fazia muita safadeza com minha mãe. Ele batia, quando minha mãe estava grávida. ele batia muito na mãe, judiava da mãe, jogava a mãe morro abaixo, quando ela chegou na maternidade perdeu o neném, eu fiquei sozinha com ele quando ela estava na maternidade e depois ele me estuprou. Eu tinha raiva dele, ódio dele".*

E: - "E isso voltou a se repetir alguma vez ? "

J: - *"Várias vezes".*

E: - "A sua mãe sabia disso ? "

J: - *"Aí depois que a mãe perguntou pra ele se ele me estuprou. Aí ele disse que não. Mas eu ia contar para a mãe eu, mas fiquei com medo dele me bater, bater na mãe, aí peguei e não contei. Depois que a mãe morreu, aí fiquei só eu e o padrasto. Ele foi pra venda, começou a encher a cara e eu tava na casa da mãe dele, aí depois ele foi no mato e me estuprou, tapou a minha boca, aí quando chegou em casa ele me estuprou mais uma."*

E: - "Você contou para alguém o que ele te fazia?"

J: - *"Não. Aí depois ele pegou uma faca e se eu não deixasse ele me matava. Uma vizinha escutou eu chorando, foi na polícia, aí a polícia perguntou pra mim se ele me estuprou e eu fiz sinal que sim com a cabeça".*

Através desse depoimento, constata-se que o abuso sexual continua sendo um tabu em nossa sociedade. A criança vitimizada sexualmente sofre constantes ameaças por parte do agressor para não revelar o fato, enquanto o outro parceiro (geralmente a mãe) muitas vezes sabe, mas omite-se por não querer assumir as conseqüências do abuso sexual, além disso, na maioria dos casos, são sutis, pois a violência é uma progressão: o agressor inicia com o envolvimento, passando por toque, depois de anos há conjunção carnal. (Barison, 1992, p. 40).

Depois, como já vimos anteriormente, ela passou a morar com a avó onde continuou sendo vítima de maus-tratos e violência física por parte dos avós e tias que moravam na casa. Até hoje ela apresenta as cicatrizes que restaram dessa época: *"- Aqui, ó (aponta para uma cicatriz no braço), isso aqui foi meu tio que pegou uma vara e me bateu. Essa aqui (mostra outra cicatriz) foi minha tia que pegou uma panela de mingau e me queimou".*

As lembranças de Júlia sobre sua infância e família são tristes, dolorosas, sempre ligadas a muita violência e sofrimento.

Espínola et alli (1987 : 28), afirma que

“é comum que as pessoas, quando não conseguem controlar mais sua tensão e raiva, as descarregam, sobre os “inferiores”, ou seja, com os membros mais fracos do que elas no grupo, familiar. Evidentemente, em muitos casos esses membros mais fracos são as crianças”.

Toda essa violência a que Júlia foi submetida gerou graves danos ao seu desenvolvimento.

A violência doméstica, seja ela física, psicológica ou sexual, contra a criança e o adolescente é um fenômeno que ainda è tratado com um certo pudor, como bem afirma Barison (1992, p. 39). A família continua sendo vista como um santuário, onde ninguém pode nem tem o direito de interferir ou questionar qualquer atitude tomada pelos pais. Essa visão vai conferir aos responsáveis uma imagem de protetor e guardião da criança e, *“pressupondo a existência da relação de afeto (os pais sempre amam seus filhos), toda a atitude tomada pelos pais é justificada pela sociedade” .O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento eficaz no combate a esse abuso de poder praticado contra as crianças e jovens, como por exemplo o capítulo II - “Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade”.*

No artigo 17 deste capítulo, o ECA afirma que *“o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetivos pessoais”.*

Ainda referente à questão da família, foi perguntado à Júlia se ela gostaria que algo tivesse sido diferente em sua vida e ela respondeu:

J: - *“Eu queria ser pequena”.*

E: - *“Por que?”*

J: - *“Porque eu queria ser pequena, como era antes quando eu tava com a mãe. Mas acontece que ela não está aqui do meu lado. Acontece que ela tá lá no céu cuidando de mim”.*

E: - *“E você gostaria que fosse tudo igual à quando estava com ela?”*

J: - *“Queria, quer dizer, menos o meu padrasto. Eu queria estar com ela até hoje e com o padrasto eu não queria. Ele fazia muita safadeza comigo. Ele me batia.”*

E: - *“E o que tua mãe falava quando ele te batia?”*

J: - *“A mãe batia junto, em cima. Quando ela ficava nervosa ela também me batia”.*

E: - *“E mesmo assim você gostaria de estar com ela? Por que?”*

J: - *“Queria, porque eu gosto muito dela. Gosto dela como uma mãe mesmo minha”.*

Através desse relato podemos reforçar e reafirmar a importância da referência familiar para a criança institucionalizada, pois por mais difícil e problemático que tenha sido a sua experiência na família, ela continua representando o ponto principal de apoio e identificação. Como afirma Altoé, (1993 : 92 , a referência familiar é fundamental para o interno. A busca desta referência persiste de forma silenciosa durante todo o tempo de internação, ou de maneira mais clara quando encontra psicólogos ou assistentes sociais que lhe escutem. Prova disso é a declaração de Júlia: - “me dá tristeza, por exemplo, ficar aqui na cama pensando na minha mãe... Penso a noite toda assim, nela, sempre. Eu sinto muito a falta dela”.

ENFRAQUECIMENTO DOS VÍNCULOS AFETIVOS

Como já foi afirmado anteriormente, a institucionalização segrega socialmente a criança e vai romper ou enfraquecer seus laços com a família, se esta existir. A escassez dos dias fixados para as visitas familiares somam-se as barreiras criadas pela distância geográfica e pelo baixo poder econômico dos pais e representantes confrontados com a necessidade de transladar-se custeando o transporte e alimentação, como ressalta Espert (1997 : 41).

No relato de Júlia percebe-se claramente essa situação:

E: - “Como ficou a relação com as pessoas da família depois que você veio para a SERTE?”

J: - *“A minha tia não vinha me visitar, daí eu que ia lá pra casa dela. Eu ia na 6ª feira, ficava sábado e domingo e vinha embora só na 2ª feira. Eu gostava de ir para lá, mas depois não fui mais”.*

E: - “Por que?”

J: - *“Porque não tinha ninguém para me levar até lá”.*

E: - “E você já recebeu aqui na SERTE a visita de algum familiar?”

J: - *“Só do meu irmão, só, que veio duas vezes... Eu gostava dele muito. Aí, por exemplo, aí ele me deu o telefone pra mim telefonar para ele, mas eu não telefonei mais, porque ele não está lá”.*

E: - “Faz muito tempo que você não fala com ele?”

J: - *“Um tempão! Eu liguei só uma vez, aí eu não liguei mais, e ele não veio mais aqui”.*

Este trecho demonstra como as dificuldades que foram mencionadas - distância, dificuldade de locomoção etc. - contribuem para o enfraquecimento e até mesmo a ruptura dos vínculos afetivos.

Geralmente o que ocorre é que logo no início quando uma criança vai para uma instituição, há uma preocupação dos pais ou responsável em manter contato freqüente com ela, porém, com o passar do tempo esse contato vai se tornando cada vez mais raro até que cessa por completo. Muitos pais acreditam que os filhos “estão melhor na instituição do que em casa”, pois ali comem bem, recebem roupas e moram em uma casa boa, condições estas, que não poderiam ser oferecidas na sua própria casa. Isso faz com que muitos pais se acomodem frente a situação de

institucionalização das crianças e passem a ter um contato mínimo ou completamente inexistente com as mesmas.

No cotidiano da SERTE o que se percebe é que quando os pais visitam as crianças com frequência a relação entre eles é de carinho e afetividade, porém à medida que as visitas se tornam escassas essa relação vai sofrendo alteração, até que as crianças passam a tratar os próprios pais como pessoas estranhas, como simples visitantes da “*casa*”

O artigo 92 (Inc. I) do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que as entidades de abrigo deverão adotar como um dos seus princípios a “*preservação dos vínculos familiares*”. Com essa medida, o Estatuto pretende evitar que as instituições passem a tomar o lugar da família na vida das crianças e fazer com que a manutenção dos vínculos familiares seja uma prioridade na política de atendimento das mesmas.

A SERTE ainda não apresenta nenhuma ação concreta e sistemática nesse sentido, como já foi afirmado anteriormente. Porém o projeto “Grupo de Apoio” (ao qual já foi feita uma referência no início deste capítulo), traz justamente esta preocupação: a de formar um grupo que teria como um dos objetivos de suas ações “estudar e buscar meios de intervir neste contexto familiar, objetivando apoiar a reestruturação dos vínculos familiares e a conseqüente volta ao lar no menor tempo possível”, pois a vida em família apresenta consideráveis vantagens para o desenvolvimento integral da criança e, por esse motivo, faz-se necessário que as entidades que desenvolvem programas de abrigo adotem o mais rapidamente possível os princípios estabelecidos pelo Estatuto, principalmente os estabelecidos no artigo 92.

RELAÇÕES INTER - PESSOAIS

Neste item serão abordadas algumas questões referentes às relações estabelecidas pela criança/adolescente com os funcionários da instituição e com demais pessoas de seu convívio, com o objetivo de constatar em que aspectos a situação de abandono e a falta de uma referência familiar prejudicaram o seu desenvolvimento nesse sentido.

Através do contato direto com Júlia, percebe-se que ela é muito afetuosa e se relaciona facilmente com qualquer pessoa. Ela apresenta uma necessidade muito forte de carinho e gosta de estar sempre abraçando, brincando e tocando as pessoas. Quando alguém lhe faz um agrado fica muito feliz e pergunta por diversas vezes se essa pessoa gosta dela, demonstrando insegurança com relação aos sentimentos dos outros à seu respeito.

O comportamento de Marcelo vai apresentar características diferentes. Como já foi colocado anteriormente, ele se relaciona muito bem com adultos, sendo que o mesmo não acontece na sua relação com outras crianças, onde ele se mostra muitas vezes violento e agressivo. Por diversas ocasiões ele brigou e bateu em colegas de aula, mas mesmo assim quando lhe foi perguntado se ele gostava da escola ele respondeu que sim, porque tinha muitos amiguinhos. Durante todo o seu depoimento ele apresentou contradições quanto à essa questão, como ficará explícito posteriormente. Porém, o relato dos dois, tanto de Júlia como de Marcelo, contém algumas características em comum como se observa a seguir:

E: - “Quem são teus amigos, quais as pessoas em quem confia?”

M: - “No Sérgio, um rapaz que mora lá atrás, ele trabalha numa máquina”.

E: - “Ele é o teu melhor amigo?”

M: - “É”.

E: - “Você tem algum outro amigo além dele?”

M: - “Não”.

E: - “Você tem algum amigo fora da SERTE?”

M: - “Não”.

As mesmas perguntas foram feitas para Júlia:

E: - “Quem são teus amigos, em quem você confia?”

J: - “Em quem eu confio? No Marcelo. Só ele que é meu amigo”.

E: - “Você tem algum amigo fora da SERTE?”

J: - “*O meu irmão só*”.

Pode-se verificar através desses trechos da entrevista que embora os dois tenham contato com pessoas da comunidade - Marcelo através da escola e Júlia através das aulas de trabalhos manuais - eles apresentam dificuldades em criar vínculos de amizade, principalmente com pessoas de fora da instituição.

Estudos de Bowlby que foram citados no primeiro capítulo, referentes às características mais freqüentes encontradas no comportamento de crianças internadas em instituições, destacam entre outras: superficialidade nas relações, ausência de verdadeiros sentimentos, incapacidade de preocupação por qualquer pessoa, incapacidade para o estabelecimento de laços de amizade, atitude evasiva, falta de concentração no trabalho escolar, incapacidade de confiança em companheiros de um mesmo grupo e isolamento afetivo. Esse estudo vem a reforçar algumas afirmações aqui já feitas e podem novamente ser confirmadas em outros momentos da entrevista:

E: - “Quando você está com algum problema, está triste por algum motivo, quem você procura para conversar?”

J: - “*Ninguém. Aí fico assim, fica tudo rolando, rolando, fica tudo guardado para mim. Fica tudo fechado para mim*”.

E: - “Não tem ninguém em quem você confie?”

J: - “*Não*”.

Marcelo respondeu da seguinte maneira à essas perguntas:

E: - “Quando você está com algum problema, com quem você conversa?”

M: - “*Com a assistente social. Só quando ela não está aí eu procuro alguém*”.

E: - “Quem você procura?”

M: - “*Não sei, tem vezes que eu vou lá na Casa das Criança, eu não sei...*”

E: - “Que tipo de problemas você conta para a assistente social?”

M: - “*Ah credo! É tanto serviço pra fazer, não sei o que...*”

Evidencia-se dessa forma a falta dos vínculos de amizade e confiança que caracterizam as crianças institucionalizadas. Mesmo Marcelo que disse procurar

a assistente social ou ir na Casa das Crianças para contar seus problemas, o fez de forma vaga e sem muita convicção do que estava dizendo.

Outra característica comum aos dois e que apareceu em seus relatos foi a dificuldade em responder uma questão referente às pessoas que eles gostam e admiram:

E: - “Que pessoas que você conhece e que gosta?”

M: - “*Qualquer um. Um monte de amigo*”.

E: - “Ninguém em especial?”

M: - “*Especial, não sei o que é isso!*”

E: - “Alguma pessoa que você goste bastante”.

M: - “*Não sei*”.

E: - “Qual a pessoa que você mais gosta?”

M: - “*Não sei*”.

Frente a essa mesma pergunta, a resposta de Julia foi a mesma: “-Não sei”. Essa situação demonstra que embora se relacionem com várias pessoas - muitas das quais gostam bastante - eles apresentam dificuldade em relacionar e identificar aquelas que seriam “*especiais*” para eles, apesar de que no decorrer da entrevista Júlia citou algumas pessoas com quem ela tem uma maior identificação, chegando inclusive a chamá-las de “*mãe*”, como é o caso da diretora e da coordenadora do Lar das Crianças e da vice-presidente de assistência social.

Com relação aos funcionários, o discurso foi diferente, sendo que Marcelo se limitou a responder que sua relação com eles era boa porque não brigavam com ele, enquanto Júlia se preocupou em dizer que gostava de todas citando nome por nome, cuidando para não esquecer ninguém.

Como foi recém colocado, ela apresenta um carinho particular pela diretora do Lar, que ela expressa dessa maneira: - “...eu não queria que a tia Catarina saísse daqui, nunca. Porque eu gosto dela, eu, ela é assim como uma mãe. Eu gosto dela como uma mãe. Aí eu não queria que ela saísse daqui. Eu queria que ela ficasse aqui junto comigo, aqui no Lar das Crianças, trabalhando, sempre”. Ainda com relação aos funcionários, outra característica interessante surgiu, nos relatos, que é o fato da identificação dos dias da semana pelo nome da pessoa responsável pelo plantão naquele dia, como no seguinte exemplo:

E: - “Você recebeu a visitado seu irmão depois que veio para a SERTE?”

J: - “*Ele veio dois domingos, um da Teté e um da tia Cláudia*”. (Teté e Cláudia são monitoras do Lar da Crianças)

Muitas vezes a vida institucional faz com que as crianças e adolescentes percam a noção do tempo e, nesse caso a instituição passa a servir de referência, como na situação acima citada, onde o plantão das funcionárias vai servir como parâmetro para a localização de fatos importantes ocorridos no passado.

No que se refere ao relacionamento com as outras crianças que moram provisoriamente na SERTE, tanto Marcelo como Júlia dizem gostar e se relacionar bem com elas. Quando o tempo de permanência no Lar é maior criam-se vínculos afetivos entre eles, e o desligamento dessas crianças da instituição provoca tristeza e saudade naqueles que ficam.

Outro aspecto importante vivenciado muitas vezes pelas crianças que vivem em instituições é a questão do estigma que sofrem na sua relação com outras pessoas. O fato de não terem uma família e não morarem em uma casa “normal” faz com que elas sejam alvos fáceis de “chacotas” e humilhações por parte de outras crianças. Altoé (1993, p. 73) em seus estudos com ex internos da FUNABEM, afirma que a experiência de discriminação e a marca do estigma, já vivenciada na relação com os funcionários, é também experimentada quando participa de alguma atividade, como por exemplo a escola da comunidade. Isso vai se evidenciar claramente no relato de Júlia.

E: - “Você já foi ao colégio?”

J: - “*Mas eu entrei. Quando eu entrei, entrei na 1ª série, mas depois eu sei bem pouca coisa a ler, não sei muito*”.

E: - “E porque você saiu?”

J: - “*Porque eu quis sair, eu quis sair porque tinha umas crianças que me provocavam. Ai eu chegava em casa chorando*”.

E: - “Como elas te provocavam?”

J: - “*Porque lá tem uma menina lá que me chamava porque eu era tola, que eu não aprendia a ler, não sei o que, aí eu chegava em casa chorando*”.

E: - “Só ela que te provocava ou tinha outras crianças?”

J: - *“Tinha um monte de crianças que me provocavam aí eu pedi pra sair da escola”.*

E: - *“Onde era a escola?”*

J: - *“Era aqui na escola da Cachoeira mesmo”.*

Percebe-se, desta forma, que a longa permanência dentro de uma instituição vai influenciar de forma significativa o desenvolvimento de uma criança, inclusive no estabelecimento de suas relações interpessoais, como foi observado neste item.

Através dos depoimentos de Marcelo e Júlia pode-se constatar que mesmo vivendo cercados de pessoas, os dois se sentem de certa forma solitários, pois seus vínculos com os demais são frágeis e superficiais, provocando desta forma uma espécie de isolamento afetivo, onde seus problemas, angústias e aflições não são compartilhados, divididos, ficando guardados profundamente dentro de cada um.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Serão feitas agora algumas observações sobre o “projeto de vida” de Júlia e Marcelo, ou seja, o que eles pensam e as perspectivas que têm com relação aos seus futuros. Os estudos sobre esse tema citados no 1º capítulo afirmam que o indivíduo institucionalizado tem dificuldade na formulação de planos para o futuro, sendo que alguns não conseguem sequer expressar qualquer “projeto de vida”, ou então o fazem de forma vaga e incerta.

Porém, essas características não foram observadas nos depoimentos obtidos nas entrevistas, pois nos dois casos a resposta para a questão foi rápida e segura:

E: - “O que você quer fazer no futuro?”

M: - “*Casar, ter filhos e trabalhar*”.

E: - “No que você quer trabalhar?”

M: - “*Trabalhar com reforma de máquina*”.

E: - “Por que?:”

M: - “*Porque é bom trabalhar em máquina*”. “*Dirigir trator eu já sei, mas isso aos poucos eu vou conseguindo*”.

O relato de Júlia apresenta características semelhantes:

E: - “O que você pensa em relação ao futuro?”

J: - “*Por exemplo, o que vai acontecer daqui para frente? Achar um namorado, né*”.

E: - “Você já teve namorado?”

J: - “*Não, nunca tive namorado. Agora por exemplo, eu queria ter namorado, depois noivar, depois casar, depois ter filhos*.”

E: - “Onde você gostaria de morar depois de casada?”

J: - “*Lá no centro*”.

E: - “Por que?”

J: - “*Porque eu gosto. Eu gosto de morar assim perto do camelô, pra comprar as coisas assim, né? Comprar roupa, comprar roupinha para o neném. Por exemplo eu prefiro morar com a tia Adelinha*”. (Adelinha é voluntária da SERTE onde já trabalha há 25 anos e é coordenadora so Lar das Crianças).

E: - “Mesmo casada?”

J: - *“Mesmo casada! Daí, por exemplo, eu posso dar uma neta pra ela, eu não sou filha dela também? Eu não chamo ela de mãe? Eu chamo ela de mãe”*.

E: - *“Tem alguma coisa que você gostaria de dizer?”*

J: - *“Então eu posso falar assim que eu quero ter meu álbum, minha fita de casamento, ter o vestido de noiva, tudo as coisas que eu quero. As três coisas que eu quero: ter meu vestido de noiva, meu álbum e a fita do casamento. Aí, no dia que eu for casar vou convidar um monte de gente”*.

Evidencia-se, através desses relatos, o “sonho” que eles têm de que o futuro seja completamente diferente da vida que levaram até então. A constituição da própria família é um dos maiores desejos, o que demonstra que a referência familiar é algo muito forte e vivo dentro deles e que a possibilidade do casamento pode fazer com que tenham a convivência familiar de que foram privados durante a infância e adolescência.

De acordo com Altoé (1993 : 112),

“aqueles que conseguem fazer planos privilegiam a construção da casa própria, o emprego e a constituição de sua família, como forma de levar uma “vida normal”, ou seja, ser cidadão como os outros. A família, o trabalho e a moradia são valorizados por nossa sociedade e reconhecidas como fundamentais para uma inserção social adequada do indivíduo”.

Essas reflexões sobre o futuro foram consideradas importantes de serem esboçadas neste trabalho, devido a enorme semelhança entre os dois relatos, onde a questão da família vai aparecer como ponto fundamental do projeto de vida de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho pôde-se constatar que a longa permanência dentro de uma instituição vai ser extremamente prejudicial para o pleno desenvolvimento de uma criança, por melhores que sejam as condições que ela (a instituição) apresente. Porém, considera-se ainda prematuro formular qualquer conclusão definitiva acerca de como o “processo de institucionalização”marca o indivíduo. Acredita-se que a complexidade do problema requer outros esforços de pesquisas que aprofundem a questão em torno desses indivíduos que passam anos significativos da sua infância e adolescência dentro das instituições de assistência à criança e ao adolescente.

Hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma verdadeira ruptura com a tradição dos grandes internatos, verdadeiros “depósitos de crianças” caracterizados pelo isolamento, atendimento massificado e falta de proteção a que eram submetidas crianças e adolescentes. Ele vai impor uma nova alternativa de atendimento às crianças abandonadas ou em situação de risco pessoal e/ou social que são as entidades de abrigo e que terão, entre seus maiores desafios, a preservação dos vínculos familiares e comunitários evitando, dessa forma o isolamento e a segregação.

Entretanto, para que as medidas previstas no Estatuto se concretizem de fato é preciso que o poder público e toda a sociedade em geral se empenhem em um esforço conjunto para tirá-lo do papel, fazendo com que passe a fazer parte do cotidiano de cada cidadão.

É preciso também, que cada entidade que desenvolve programa de abrigo, passe a implementar na sua política de atendimento, todas as medidas que lhe são pertinentes. Sobre essa questão torna-se necessário a formulação de algumas considerações:

- As entidades de abrigo devem desenvolver programas que visem a manutenção dos vínculos familiares e o Serviço social deve ter um papel ativo e dinâmico neste processo através de contribuições a nível teórico e prático;
- Devem na medida do possível, desenvolver ações de apoio à família da criança abrigada, de preferência durante e após a sua permanência na instituição;

- Contribuir para que a questão da adoção se transforme em uma espécie de “movimento social”. atingindo o maior número de pessoas possíveis e que se abra um debate aprofundado sobre o problema das “adoções difíceis”, ou seja, adoção de crianças maiores, deficientes e adoções inter-raciais, seja a nível técnico, seja a nível social;
 - Que promovam processos de capacitação para as pessoas que atuam diretamente com as crianças e adolescentes, para que elas tenham clareza e consciência sobre o importante papel de educadores que representam;
 - Que incentivam a produção de conhecimento através de pesquisas realizadas na própria instituição que poderão servir de subsídios para uma ação mais efetiva junto as crianças abrigadas.
- Porém, tendo em vista que essas entidades geralmente apresentam dificuldades, especialmente financeiras, para sobreviver, torna-se necessário um maior apoio e incentivo por parte do Poder Público e Órgãos competentes para que essas medidas possam, efetivamente sair do papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALLEGRI, Elena. **O Papel do Serviço Social na Adoção**. In: A adoção em Terre des Hommes, Curitiba, 1991, ano III, nº 31.
02. ALTOÉ, Sônia, **Infancia Perdida: O Cotidiano nos Internatos-prisão**, RJ, Tênon, 1990.
03. ALTOÉ, Sônia, **Menores em Tempo de Maioridade:Do internato-prisão à vida social**, RJ Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.
04. CAMPOS, A. **O Menor institucionalizado**, Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
05. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de . **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Assistência Social**. Cadernos Populares, nº 9, 1992.
06. CARVALHO, Pedro Caetano de. Conselho Estadual de direitos.**Um relato de Ações e Estudos sobre convivência Familiar e Comunitária**. In: Cadernos CBIA nº 4, RJ, 1992.
07. CBIA. **Tralhando Abrigos**, Caderno de ação, nº 03, 1993.
08. CENTRO de articulação de populações marginalizadas. **Miss Brasil 2.000: as meninas e a rua**, UNICEF, 1993
09. COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De Menor à Cidadão: Notas Para uma História do Novo Direito da Infância e da Juventude no Brasil**, CBIA.
10. COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Brasil: **Criança Urgente**, a lei nº 8069/90. CBIA, São Paulo, 1990.
11. CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral: Teoria e Técnica**, UFSC: Florianópolis, 1978.

12. CRUZ, Fátima et alli. **A Infância Dominada**, Imprensa Universitária da UFSC, 1992.
13. DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel: A Infância, a Adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. Ática, São Paulo, 1993.
14. ESPERT, Francisco. **Abertura e Humanização Institucional: Alternativas para Crianças e Adolescentes Internos em Internatos, Orfanatos, Reformatórios, Presídios Juvenis e Instituições congêneres**. UNICEF, Série Metodológica, nº 7, Colômbia, Guadalupe, 1987.
15. ESPÍNOLA, Basílica et alli. **Na Rua: Crianças Trabalhadoras de Rua em Assunção**. UNICEF, Série Metodológica, nº 07, Colômbia, Guadalupe 1987.
16. ESTATUTO da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.
17. FERREYRA, Martha C. **A Adoção de Crianças Maiores**. In: **A Adoção em Terre des Hommes** Ano V, nº 51, Curitiba, 1993.
18. GUIRADO, Marlene. **Instituição e Relações Afetivas: O Vínculo com o Abandono**. Sunnus, São Paulo, 1986
19. GUIRADO, Marlene. **A Criança e a FEBEM**. Perspectiva, São Paulo, 1980.
20. HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Vozes, RJ, 1987.
21. HOPPE, Marcel (Coordenador). **O Estatuto Passado a Limpo**. Porto Alegre, 1992.
22. MINISTÉRIO da Previdência e Assistência Social. FUNABEM, RJ, ano 20.
23. MNMMR. **Histórias e Questões Atuais: Caderno de preparação V Assembléia**, 1992.

24. MNMMR. Cidadão Adolescente **Contribuições para Definição de uma Política para Infância e Juventude no Brasil.**
25. MORAES, Maria Salete Nunes de. **Direito a Convivência Familiar e Comunitária**, CBIA, 1991.
26. PRADO, Danda. **O que é Família**. Coleção Primeiros Passos. 12 ed., Brasiliense, SP, 1981.
27. RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **Menores Institucionalizados e Meninos de Rua: Os Grandes Temas de Pesquisa na Década de 80**. In: **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80**. Cortez, SP, 1991.
28. ROCHA, Maria et alli. **A Questão do Menor**. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 22, Cortez, SP, 1986.
29. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Justiça e Administração. **Projeto Casa Lar: Uma Alternativa de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes**.
30. SÊDA, Édson. **Costruir o Passado: Ou Como Mudar Hábitos, Usos e Costumes, Tendo Como Instrumento o ECA**. Série Direitos da Criança II. Malheiros, SP, 1993.
31. SERTE. **Revista Comemorativa ao 25º Ano de Fundação da SERTE**. Florianópolis, 1981.
32. SILVA, Ademir Alves da. **das Relações das ONG com o Estado na Prestação de Serviços Sociais**. In: Caderno CBIA, nº 1, RJ, 1991.
33. SZYMANSKI, Eloisa. **Trabalhando com Famílias**. Caderno de Ação, nº 1, CBIA, 1992.
34. TEIXEIRA, Sálvio de Figueredo. **Direitos da Família e do Menor: Inovações e Tendências**. Del Rei, Belo Horizonte, 1992.

35. WEBER, Lídia e Kossobudek, Lúcia. **Abandono e Institucionalização de Crianças no Paraná**. In: *Adoção em Terre des Hommes*. Ano V, nº 45, Curitiba, 1993.

ANEXOS

Sociedade Espírita de Recuperação , Trabalho e Educação.

Projeto Grupo de Apoio

- 1- Histórico
- 2- Justificativa
- 3- Objetivos
- 4- Metodologia/Execução
- 5- Composição dos grupos
- 6- Recursos

1- Histórico:

Um "impulso-amor", movido pelo espírito cristão, fez surgir a S.E.R.T.E. - Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação, tal qual o impulso que levou o samaritano a despojar-se do que tinha, para ir ao encontro daquele que ferido em sua dignidade, jazia abandonado.

A cerca de trinta anos esta instituição vem desenvolvendo atividades de apoio junto a comunidade da Cachoeira do Bom Jesus, e sua população de baixa renda, além de amparar idosos, crianças, e gerar empregos.

O Educandário Lar de Jesus, tem promovido o desenvolvimento das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos em seu núcleo pré-escolar, oferecendo-lhes atividades educativas, enquanto as guarda para que seus pais possam trabalhar fora do lar.

A Casa da Criança, Seara de Esperança, tem mantido sob sua guarda, muitas crianças em situação de risco, cujas famílias, passando por momentos difíceis, as abandonam ou necessitam deixá-las por algum tempo que se toma muitas vezes longo demais.

2-Justificativa:

A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente "Lei nº 8609 de 13 de julho de 1990", "garante a criança e ao adolescente, os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, de desenvolver-se com dignidade, física, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade."

Título II - Capítulo III. Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária - art.19-22- 23.

Livro II. Da Política de Atendimento. Capítulo II. Das Entidades de Abrigo. artigo 90, 92, 93, 94 (V-VI-VII).

Diante dos termos da lei e da filosofia que ora abraçamos, desejamos que estes direitos de crescer com dignidade em ambiente familiar sejam garantidos de fato. Para isso nos propomos a constituir grupos de apoio que auxiliem na agiliazação destes processos dolorosos por que passam crianças afastadas de suas famílias.

3-Objetivos Gerais dos Grupos de Apoio:

a- A família, portanto, sendo alvo principal de nossas ações; porque nela está a segurança, a identidade, a estruturação do campo afetivo, emocional e espiritual. O ponto de encontro de criaturas que têm algo a construir, reconstruir, em busca da evolução espiritual, em busca da felicidade.

b- Garantir à criança, o direito de viver em ambiente familiar - a sua biológica, natural, ou esgotados todos os recursos, encaminha-la à família substituta.

3- Objetivos Específicos:

- a- Conhecer a realidade psicossocial da criança.
- b- A história vinda do juizado da infância.
- c- A história da família - constatação in loco.
- d- Estudar e buscar meios de intervir neste contexto familiar, objetivando apoiar a reestruturação dos vínculos familiares e a conseqüente volta ao lar no menor tempo possível.
- e- Encaminha-la para família substituta entrando em contato com juizado (parceria).
- f- Desenvolver ações que sensibilizem a sociedade para adoção de crianças maiores.
- g- Desenvolver programa junto as famílias que chegam a nossa instituição para adotar a criança; preparando-as para a tarefa que se propoem:

- 1- Informação legislativa e administrativa.
- 2- Preparação pedagógica.
- 3- Preparação moral.
- 4- Preparação Espiritual.

- h- Preparação da criança para adoção - para a nova família.
- i- Desenvolver relação de parceria com Juizado da Infância, no sentido de:
 - solicitar informações mais precisas.
 - informa-los das conclusões da pesquisa obtidas junto as famílias (diagnostico de instituição)
 - apresentar famílias que se propõem a adotar.

4- Execução / Metodologia:

Os grupos de apoio serão constituídos por voluntários da Instituição, que serão preparados para desenvolver as atividades objetivadas.

Para isto:

- a- Reunir-se-ão semanalmente, para estudar os casos (as situações das crianças institucionalizadas e crianças da comunidade (do Educandario) e formular ações adequadas. (5@ feira ou 6@ feira - 16:00hs às 17:00hs ou mais se for necessário).
- b- Farão plantão nos dias de visitas para observar e dialogar com as famílias que virão visitar seus filhos. Anotarão os dados observados.
- c- Organizarão pequenas palestras ou conversas específicas visando a conscientização das responsabilidades perante os filhos, reativando vínculos.
- d- Farão visitas domiciliares, objetivando conhecer e acompanhar a realidade das famílias em seu contexto social.
- e- Desenvolverão ações que possam auxiliar a família a resolver dificuldades no campo afetivo, moral e material.

5- Comporão estes Grupos:

Grupo 1:

- Eone. (assistente social)
- Alexandra. (estagiária de Serviço social)
- Vice Presidente assistencia social.
- Vice presidência de Assuntos Educacionais.
- Sonia Maria S. Thiago de Carvalho (Voluntaria S.E.R.T.E.)
- Adelinha (Coordenadora de casa criança e mãe com filho adotivo)
- Catarina (Diretora da Casa da Criança)
- Seucina (Mãe com filho adotivo - voluntaria)
- Soraia Casagrande da Rosa (Psicóloga)
- M@ Leonor (Diretora Educandário)
- Demais pessoas interessadas neste tipo de atividade de apoio.

Grupo 2:

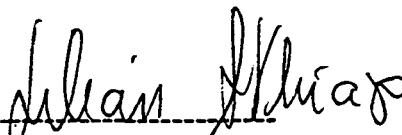
Grupo de Apoio à Família da Comunidade da Cachoeira do Bom Jesus.

- Lideranças comunitarias.
- Professores e diretora do Educandario.
- Técnicos do posto de saúde Municipal: Médicos, Psicólogos, enfermeiros,etc...
- Membros da comunidade, voluntários para a tarefa.

6- Recursos























- a- Técnicos: advogados, assistente social, psicólogos, médicos, para preparar o grupo.
- b- Da Sociedade : para auxiliar as famílias na obtenção de empregos, auxílios materiais.
- c- Espiritual: quanto as necessidades de vida espiritual será acionada a vice-presidência de assuntos doutrinários.
- d- Instituições governamentais: S.O.S criança, Alcoolicos Anônimos, U.F.S.C. Grupo de pais com filhos adotivos, escola de pais do Brasil, Casa da Mulher Catarina, Secretaria de Educação municipal, Secretaria de justiça e Administração, Movimento Porta Aberta(drogados) , conselhos Estadual e municipal e outros meios que forem neccessários.

Solicitamos análise e avaliação do projeto para podermos desenvolver a atividade proposta.


























Vice presidente de ass.
educacionais

ANEXO 2**ROTEIRO DE ENTREVISTA: MARCELO**

-  *Como foi a sua infância? Quais as lembranças que tem?*
-  *Como é a sua vida na SERTE?*
-  *Como é a relação com pessoas e funcionários da SERTE?*
-  *Como são seus amigos? Quais as pessoas em quem confia?*
-  *Voce gosta de escola? Por que?*
-  *Como é a relação com professora e colegas da escola?*
-  *Como é a relação com demais crianças da SERTE?*
-  *O que mais gosta de fazer?*
-  *O que não gosta de fazer?*
-  *Quando tem algum problema, quem procura para conversar?*
-  *Como é o seu dia-a-dia na SERTE? (dia de semana e domingo)*
-  *Quem momentos você brinca e do que gosta de brincar?*
-  *Acha que alguma coisa poderia ser mudada na SERTE?*
-  *Gostaria que alguma coisa fosse diferente em sua vida?*
-  *Possui amigos ou conhecidos fora da instituição? Quem?*
-  *Participa de atividades fora da instituição?*
-  *Que coisa te dão alegria? E tristeza?*
-  *Quais as pessoas que mais admira? Por que?*
-  *Que pessoas voce não gosta? Por que?*
-  *Quais as expectativas em relação ao futuro?*
-  *Que lembranças boas voce tem da sua vida?*
-  *Que lembranças ruins vocÊ tem da sua vida?*

ANEXO 3**ROTEIRO DE ENTREVISTA: JÚLIA**

-  *Como foi a sua infância? Quais as lembranças que tem?*
-  *Como era a relação com seus familiares?*
-  *O que sentiu quando veio para a SERTE?*
-  *Como ficou a relação com as pessoas da família?*
-  *Recebe visita de algum familiar atualmente?*
-  *Quando pararam de visitar?*
-  *Como é a sua vida na SERTE?*
-  *Como é a relação com os funcionários e pessoas da SERTE?*
-  *Quem são seus amigos? Quais as pessoas em quem confia?*
-  *Como é a relação com demais crianças da serte?*
-  *O que mais gosta de fazer?*
-  *O que não gosta de fazer?*
-  *Quando tem algum problema, quem procura para conversar?*
-  *Acha que alguma coisa poderia ser mudada na SERTE? Por que?*
-  *Gostaria que alguma coisa fosse diferente na sua vida?*
-  *Possui amigos ou conhecidos fora da instituição? Quem?*
-  *Participa de atividades fora da instituição?*
-  *Como é o seu dia-a-dia na SERTE? (dia de semana e domingo)*
-  *Que coisas te dão alegria? E Tristeza?*
-  *Quais as pessoas que mais admira? Por que?*
-  *Quais suas expectativas em relação ao futuro?*
-  *Quais as lembranças boas que você tem da sua vida?*
-  *Quais as lembranças ruins que você tem da sua vida?*